

COOPERAÇÃO
PORTUGUESA

IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

**RELATÓRIO ANUAL DE
ACTIVIDADES DO IPAD**

2006

Ficha Técnica:

- *Título:* Relatório Anual de Actividades do IPAD de 2006.
- *Edição:* MNE / IPAD / Direcção de Serviços de Planeamento Financeiro e Programação
- *Páginas:* 63
- *Data:* Março 2007
- *Website:* <http://www.ipad.mne.gov.pt>
- *Contacto:* Av. da Liberdade, 192, 1º, 1250-147 Lisboa
Tel: (351) 21 317 67 00

Índice

Índice	3
I. Introdução	4
II. Missão, Competências e Atribuições.....	5
III. Objectivos Específicos, Metas e Actividades Realizadas.....	7
1. Racionalizar os mecanismos de concessão de ajuda e reforçar o apoio às instituições dos países beneficiários.	7
2. Reforçar o acompanhamento e a avaliação dos programas e projectos de desenvolvimento... 18	
3. Privilegiar uma abordagem centrada nos resultados e melhorar a qualidade e transparência dos processos.....	25
4. Aumentar a coerência da APD.	31
5. Reforçar a política de Informação e Comunicação.	48
6. Proceder à reestruturação da orgânica do IPAD.....	51
7. Aumentar o grau de execução financeira dos programas.....	55
8. Iniciar uma política de valorização dos recursos humanos.....	59
IV. Conclusão.....	62

I. Introdução

O presente documento visa expor as actividades executadas pelo IPAD durante 2006. Em Novembro de 2005, o Conselho Directivo do Instituto definiu um conjunto de objectivos específicos¹ que se conjugam com as orientações estratégicas aprovadas pelo Governo² e que marcaram o ponto de partida para a operacionalização das mesmas, delineando a intervenção do Instituto no decorrer do ano.

O documento de *Operacionalização da Estratégia* foi concluído em Março e implicou um esforço conjunto de todo o IPAD na sua elaboração. Teve como objectivo introduzir ajustamentos/alterações necessários para colocar em prática a *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. As medidas de operacionalização avançadas pelo IPAD, tiveram igualmente em consideração as recomendações emitidas pelo CAD no *Peer Review* de Portugal, finalizado em Abril³. Em Junho, esse documento foi apresentado e discutido com os Ministérios Sectoriais em duas Comissões Interministeriais para a Cooperação (CIC)⁴. A *Operacionalização* consiste num conjunto de 69 medidas, a implementar segundo um cronograma, embora algumas propostas apresentadas apenas se possam concretizar no médio prazo. Do total de medidas, 45 estavam previstas realizar durante 2006, total ou parcialmente. A 16 de Outubro de 2006 (último ponto de situação) existiam 19 medidas “Já realizadas”; 29 medidas “Realizadas parcialmente” ou “Em curso”, e 14 medidas que ainda se encontravam dentro do prazo estipulado de implementação, o que perfazia 62 medidas (89%) implementadas ou em vias de implementação. Permaneciam 7 medidas “Não realizadas” (11%) que se encontram fora do prazo definido de realização.

Em 2006 a actuação do IPAD assenta no reforço dos mecanismos de cooperação privilegiada com o espaço Lusófono e concentrada em sectores específicos de intervenção, potenciando, igualmente, a participação da sociedade civil num esforço conjunto de acção, no quadro das prioridades definidas pelos países parceiros. Assume predominância a racionalização dos recursos (humanos e financeiros) e de mecanismos, a coerência e a coordenação, o reforço do acompanhamento e da avaliação, e a primordial orientação para uma abordagem centrada nos resultados.

¹ Deliberação do Conselho Directivo do IPAD de 15 de Novembro 2005. Os Objectivos serão analisados no Capítulo III.

² Documento Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005 de 22 de Dezembro.

³ As *DAC Peer Reviews* são avaliações periódicas (cada 4 anos) de acompanhamento das políticas e actividades de cooperação para o desenvolvimento dos estados membros. Cada membro é avaliado pelos outros doadores (dois países) e pelo CAD. É elaborado um relatório que contém a uma análise crítica, conclusões e recomendações. O exame a Portugal foi realizado pela Espanha e Irlanda.

⁴ A CIC constitui um fórum de concertação interministerial e de intercâmbio de informação.

II. Missão, Competências e Atribuições

O IPAD é um instituto público dotado de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e de património próprio. Exerce a sua função sob a superintendência e tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que emite directivas sobre os seus objectivos a atingir na gestão e sobre as prioridades a adoptar na prossecução das suas atribuições.

A política de Cooperação Portuguesa (CP) e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é coordenada, supervisionada e dirigida, desde Janeiro de 2003, pelo IPAD.

No seu diploma constitutivo⁵, o IPAD é o instrumento central da política oficial de Cooperação para o Desenvolvimento, tendo como missão a supervisão, direcção e coordenação da política de cooperação e de APD destinada aos países receptores, em especial aos países de língua oficial portuguesa.

Em resumo, deve o IPAD operacionalizar e enquadrar as orientações políticas do governo e, sobretudo:

- Propor à tutela indicações relevantes à definição da política de cooperação;
- Preparar os instrumentos programáticos da cooperação (PIC e PAC⁶) e o seu orçamento, em articulação com as autoridades dos países parceiros;
- Emitir parecer prévio vinculativo sobre os projectos de cooperação propostos por outras entidades;
- Assegurar o financiamento dos projectos de sua iniciativa;
- Promover a execução, acompanhamento e avaliação dos projectos;
- Assegurar a articulação com as instituições da sociedade civil e com a Associação Nacional de Municípios, promover e apoiar a sua participação em projectos;
- Prestar apoio técnico à Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC);
- Assegurar a representação de Portugal nas organizações internacionais relacionadas com cooperação e APD, nomeadamente no âmbito da CPLP;
- Gerir o Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro.⁷

O Conselho Directivo que dirigiu o IPAD durante o ano em apreciação tomou posse em Setembro de 2005. O IPAD é actualmente constituído por 6 Direcções de Serviços, 16 Divisões, pelo Gabinete de Apoio ao Conselho Directivo e pelo Centro de Informática.

⁵ Decreto-Lei nº 5/2003, de 13 de Janeiro de 2003. O IPAD resulta da fusão entre o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD).

⁶ PIC – Programa Indicativo de Cooperação (trienal) e PAC - Plano Anual de Cooperação. Ambos são realizados por país parceiro.

⁷ Despacho do GSENEC nº22 251/2004, de 30 de Outubro de 2004.

- Direcção de Serviços de Planeamento Financeiro e Programação (PFP).
- Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais I (Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Assuntos Transversais e Bolsas).
- Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais II (Moçambique, Timor Leste, Guiné-Bissau, Outros Países e Cooperantes).
- Direcção de Serviços de Assuntos Comunitários e Multilaterais (ACM).
- Direcção de Serviços de Apoio à Sociedade Civil e Ajuda de Emergência (SCAE).
- Direcção de Serviços de Administração (ADMIN).

O IPAD dispôs de 169 funcionários, distribuídos de acordo com as seguintes categorias:

Grupo de Pessoal	Nº de efectivos reais
Dirigentes	26
Técnicos Superiores	54
Técnicos	1
Técnico Profissional	5
Administrativo	33
Pessoal Auxiliar	21
Informático	2
Regime de Avença	19
Pessoal a exercer funções no exterior	8
TOTAL	169

Fonte: IPAD/Div. Recursos Humanos.

III. Objectivos Específicos, Metas e Actividades Realizadas

Para 2006, o Conselho Directivo do IPAD definiu os seguintes objectivos específicos, face aos quais os vários Departamentos estabeleceram metas e definiram as principais actividades a desenvolver. Ao longo do ano, o IPAD desenvolveu as actividades descritas neste capítulo.

1. Racionalizar os mecanismos de concessão de ajuda e reforçar o apoio às instituições dos países beneficiários.

A racionalização de mecanismos visa tornar a ajuda mais previsível, menos fragmentada e mais consentânea com as prioridades definidas pelos países beneficiários. Por outro lado, o apoio às instituições dos países beneficiários, visa contribuir para o aumento da sua capacidade em definir programas coerentes de desenvolvimento e traduzir estes em programas operacionais específicos.

Meta 1 – Preservar a concentração geográfica e sectorial

O princípio de concentração geográfica e sectorial visa evitar a dispersão de recursos escassos e capitalizar as vantagens comparativas da cooperação portuguesa face a outros doadores.

Actividades previstas

O Plano de Actividades (PA) previa a realização de uma análise fundamentada sobre as áreas de maior potencial para a Cooperação Portuguesa, em especial, Angola, Moçambique e Timor-Leste – em relação aos quais se elaborarão novos PIC para o triénio 2007-2009. Esta análise procurará atender aos esforços de concentração temática, na perspectiva das orientações a implementar pela Comissão Europeia para o conjunto dos Estados Membros (EM). Essas orientações aconselham a concentração de cada EM em duas, no máximo, três áreas de intervenção por país beneficiário.

Actividades realizadas

1. No âmbito do processo de operacionalização da *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, foram elaborados, através de um processo participativo de todos os actores institucionais da Cooperação Portuguesa, documentos de estratégia para cada uma das prioridades sectoriais e transversais definidas nesse documento: *Boa Governança, Igualdade de Género, Desenvolvimento Rural, Ambiente, Saúde e Educação*. Os documentos foram enviados ao GSENEC aguardando-se os respectivos comentários e sugestões.

2. A **concentração sectorial** foi, de acordo com as actividades programadas, um dos princípios orientadores na elaboração dos Programas Anuais de Cooperação (PAC) 2006 e dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) elaborados para 2007-2010. A identificação das áreas prioritárias de intervenção resultou ainda de um processo de consulta e negociação, por um lado, com as autoridades dos países parceiros, e, por outro, com os ministérios sectoriais.

Quadro 1 – PAC 2006 e PIC 2009/10 Eixos de Intervenção

PAC 2006	
País	Eixos
Angola	Capacitação Institucional; Educação; Saúde; Agricultura; Segurança Alimentar e Recursos Naturais; Reinserção Social e Promoção do Emprego.
Cabo Verde	Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica; Apoio à Criação de Infra-estruturas Básicas, Ordenamento do Território e Recuperação de Património; Serviços Sociais e Solidariedade; Apoio à Estabilidade Macro-Económica.
Guiné-Bissau	Educação; Saúde; Capacitação Institucional (Boa Governação).
Moçambique	Educação/Cultura; Boa Governação; Águas e Recursos Naturais; Desenvolvimento Sócio-Comunitário; Desenvolvimento Rural.
São Tomé e Príncipe	Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza; Boa Governação, Participação e Democracia.
Timor-Leste	Educação e Apoio à Reintrodução da Língua Portuguesa; Boa Governação e Capacitação Institucional; Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social.

PIC	
País	Eixos
Angola (2007-2010)	Educação; Capacitação institucional e Boa Governação; Desenvolvimento Sócio-Comunitário.
Moçambique (2007-2009)	Boa Governação, Participação e Democracia; Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza.
Timor-Leste (2007-2009)	Boa Governação, Participação e Democracia; Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza.

3. Simultaneamente, a **concentração geográfica** das actividades de cooperação portuguesa constituiu outro objectivo do ciclo de projectos referentes ao ano transacto. Os *Clusters* da cooperação conheceram um novo impulso, tendo sido efectuadas diligências para a sua criação em Angola (local por definir), Cabo Verde (Ilha de Santiago), Moçambique (Ilha de Moçambique) e Timor-Leste (distrito de Ermera). A definição e implementação dos *Clusters* respeitam as linhas orientadoras da estratégia de cooperação para os próximos quatro anos: (i) Concentração em Áreas Prioritárias; (ii) Incorporação de Questões Transversais; (iii) Descentralização Geográfica da Cooperação; (iv) Coordenação e complementaridade com outros

doadores; (v) Maior integração das acções em projectos multilaterais; (vi) Maior participação da sociedade civil e do sector privado.

4. A hierarquização das prioridades geográficas e sectoriais bilaterais deve, ainda, ser associada a um enquadramento multilateral. Acresce que a distinção rígida entre cooperação bilateral e multilateral deixou de fazer sentido, e, no essencial, devem-se encontrar meios de potenciar a cooperação bilateral, colocando-a em parceria com os esforços multilaterais.

Nesse sentido, o IPAD tem vindo a fomentar a prática da **complementaridade Bi-Multi**⁸ através, por exemplo, da elaboração de um documento estratégico específico de intervenção multilateral e da participação activa em várias instituições multilaterais de desenvolvimento, como é o caso da colaboração nos programas do PNUD (projectos no sector da Justiça e *Trust Fund Governação Democrática*) e do Banco Mundial (*Trust Fund For East Timor* e Apoio ao Orçamento de Estado), em Timor-Leste.

Meta 2 – Previsibilidade da ajuda

A previsibilidade da ajuda só se torna possível com instrumentos de programação adequados. O planeamento integrado da cooperação é um deles, pois permite uma melhor gestão dos recursos, evitando a dispersão de meios e melhorando a racionalidade, a eficiência e a eficácia da ajuda. Um planeamento integrado eficaz, pressupõe a existência de um orçamento integrado para a cooperação e o reforço da orçamentação plurianual.

Desde 2004 que a Cooperação Portuguesa dispõe de um **Programa Orçamental próprio, denominado PO05 – Cooperação**, do qual o IPAD é a entidade coordenadora. Trata-se de um instrumento de natureza orçamental que congrega as despesas de cooperação, assumindo as características inerentes aos programas orçamentais. O PO05 permite, em articulação com outros mecanismos de apuramento da APD portuguesa, projectar o montante que a Administração Central portuguesa vai despende em cooperação num determinado ano económico. O Programa em 2006 manteve a estrutura de 2005, sendo constituído por três Medidas: *Medida 1 Cooperação para o Desenvolvimento; Medida 2 Cooperação Técnico-Científica; Medida 3 Cooperação Técnico-Militar*.

A dotação inicial do Programa cifrou-se nos 271 M€, tendo sido corrigida para 270 M€ em virtude das cativações impostas e de alterações orçamentais operadas (Quadro 2).

⁸ Vide Objectivo 4, Meta 5.

Quadro 2 - Dotações do PO05 para 2006 (€)

PO05 Consolidado				
Execução	Medida 1	Medida 2	Medida 3	Total
	Valor	Valor	Valor	
Dotação Inicial	233.250.208	30.927.596	6.781.443	270.959.247
Dotação Corrigida	239.450.473	31.238.596	15.670.523	286.359.592
Dot. Corrigida Líquida (a)	226.498.205	28.969.084	14.981.915	270.449.204
Pagamentos (b)	181.074.185	26.803.849	12.515.306	220.393.340
Taxa de execução (b/a)	80%	93%	84%	81%

Fonte: DGO; Tratamento: IPAD

Actividades previstas

Reforçar a articulação com os diversos agentes do Programa, melhorar o acompanhamento do mesmo (em conjunto com os departamentos responsáveis no âmbito do Ministério das Finanças⁹), e agilizar os procedimentos de alterações orçamentais. Deve ainda o IPAD elaborar um relatório semestral e um anual sobre a execução do PO05.

Actividades realizadas

1. O IPAD redigiu e remeteu, conforme estabelecido pela legislação em vigor, o Relatório de Execução Anual de 2005 do PO05. Foi redigido o Relatório de Execução Orçamental do 1º Semestre de 2006.
2. O IPAD encetou as diligências necessárias junto dos executores cujos Projectos não foram visados pelo Despacho de Gestão do PIDDAC 2006 para que o DPP procedesse à reapreciação dos mesmos.
3. O Instituto serviu de interlocutor entre os diversos executores e o Ministério das Finanças, emitindo pareceres técnicos aos processos de alteração orçamental solicitados.
4. No seu papel de Coordenador do Programa, o IPAD procedeu ao acompanhamento dos diversos Projectos e Actividades tendo em vista a sua correcta execução, sugerindo procedimentos a adoptar pelos executores.
5. Elaborou-se um conjunto de Indicadores para a *Medida 1* do Programa, contribuindo para o trabalho que está a ser desenvolvido pelo DPP de identificação de indicadores viáveis a utilizar no âmbito dos diversos PO para 2007, para as despesas enquadráveis nos Investimentos do Plano.
6. Realizaram-se estudos sobre a evolução da APD Portuguesa tendo-se estabelecido cenários de crescimento.

⁹ Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP), entidade coordenadora do PIDDAC, e Direcção Geral do Orçamento (DGO).

7. Elaborou-se um estudo técnico sobre a criação de um novo mecanismo orçamental para a Cooperação Portuguesa, contemplando a plurianualidade e a afectação dos recursos pelo IPAD.
8. Foi elaborada documentação que serviu de suporte às alterações operadas no Programa para 2007.
9. O IPAD divulgou junto dos diversos Ministérios a nova estrutura do PO05 para 2007, procedendo aos esclarecimentos necessários à correcta inscrição da despesa nas Medidas respectivas.
10. Em articulação com a DGO e com o DPP, o Instituto elaborou o seu contributo para o Orçamento do Estado para 2007 tendo procedido ao acompanhamento da preparação e inscrição dos orçamentos dos diversos executores o que culminou na elaboração da Ficha de Caracterização do Programa.
11. Apresentou-se a evolução do Programa Orçamental da Cooperação e a sua estrutura temática e financeira para 2007 aos Membros da CIC.

Meta 3 – Alinhamento com os países parceiros e programação plurianual

Os doadores devem alinhar com as prioridades identificadas pelos países parceiros. O que significa que a programação por país deve ser construída sempre com base nas *Estratégias de Redução da Pobreza* (PRSP) ou enquadramentos similares. Esta é considerada a melhor forma de responder às necessidades identificadas pelos parceiros, o que, em última análise, é facilitador da apropriação desses países do seu próprio desenvolvimento. É também necessário que a programação seja construída numa base plurianual, de forma a garantir a necessária previsibilidade dos fluxos de ajuda.

Actividades previstas

Identificar as áreas prioritárias através de contactos com as autoridades dos países beneficiários; Elaborar os PIC para o triénio 2007-2009 relativos a Angola, Moçambique e Timor-Leste, bem como a negociação e posterior conclusão dos PAC de 2007 com os seis países prioritários da Cooperação Portuguesa; Manter actualizada a informação económica, social e política sobre os países beneficiários, principal suporte à elaboração dos “Pontos de Situação” da cooperação com os diferentes países, que servirão para integrar pastas de apoio à preparação de encontros entre autoridades portuguesas e estrangeiras.

Actividades realizadas

1. Em 2006, a política de cooperação e de APD, na sua vertente bilateral, foi implementada através dos **PIC** em vigor, com um horizonte temporal de três anos, assinados entre Portugal e os cinco PALOP e Timor-Leste, e que se materializam através de **PAC**, o que obriga à realização dos correspondentes exercícios anuais de negociação. Durante o ano de 2006 há a assinalar a assinatura dos PAC de 2006 com as autoridades dos países parceiros: Timor-Leste (18 de Janeiro), Angola (15 de Fevereiro), S. Tomé e Príncipe (2 de Março), Cabo Verde (21 de Março) e Guiné-Bissau (30 de Junho). O PAC de Moçambique já havia sido assinado a 2 de Novembro de 2005. Os PAC envolveram um total inicial de 105M€, posteriormente revisto para 68M€ (Quadros 3 e 4).
2. A **execução dos PAC** assinados com os principais países parceiros foi condicionada, à excepção de Moçambique e Timor-Leste, pela assinatura tardia, sobretudo, com Cabo Verde e Guiné-Bissau. Outro constrangimento assinalável diz respeito à não integração de saldos a transitar no orçamento do IPAD e que ascendiam aos 55M€. Esta última situação veio condicionar a execução de vários projectos, inscritos em PAC, que necessitavam dessas verbas para o seu início ou conclusão. Perante estas adversidades, o IPAD viu-se obrigado a rever os montantes inicialmente inscritos. No final do ano, a autorização de transição parcial de saldos de exercícios anteriores, designadamente relativos a compromissos assumidos em projectos de Angola, permitiram o pagamento de dívidas pendentes, nomeadamente na construção da Escola Portuguesa de Luanda – 1ª Fase.

Quadro 3 – Execução dos PAC 2006 – Montante Inicialmente Inscrito

Montante Inicialmente Inscrito nos PAC 2006				Montante Executado 2006			
País	IPAD	Outras Entidades	Total Global	IPAD	Outras Entidades	Total Global	Taxa Execução
Angola	14.201.304	7.263.831	21.465.135	4.089.501	4.659.219	8.748.720	41%
Cabo-Verde	8.641.119	7.358.880	15.999.999	3.968.405	5.774.070	9.742.475	61%
Guiné-Bissau	6.473.767	3.776.615	10.250.382	2.996.776	1.893.635	4.890.411	48%
Moçambique	12.668.540	6.563.281	19.231.821	5.025.325	4.658.834	9.684.159	50%
S. Tomé e Príncipe	4.877.051	5.722.894	10.599.944	2.420.443	4.588.889	7.009.332	66%
Timor-Leste	16.533.668	10.381.689	26.915.357	11.106.549	9.284.258	20.390.807	76%
Total	63.395.449	41.067.190	104.462.639	29.606.998	30.858.906	60.465.904	58%

Fonte: Mapas partilhados BIL I e II, tratamento PP.

Quadro 4 – Execução dos PAC 2006 – Montante Revisto

Montante Revisto dos PAC 2006				Montante Executado 2006			
País	IPAD	Outras Entidades	Total Global	IPAD	Outras Entidades	Total Global	Taxa Execução
Angola	4.446.868	7.263.831	11.710.698	4.089.501	4.659.219	8.748.720	75%
Cabo-Verde	5.242.330	7.358.880	12.601.210	3.968.405	5.774.070	9.742.475	77%
Guiné-Bissau	2.918.650	3.776.615	6.695.265	2.996.776	1.893.635	4.890.411	73%
Moçambique	4.120.573	6.563.281	10.683.854	5.025.325	4.658.834	9.684.159	91%
S. Tomé e Príncipe	2.706.322	5.722.894	8.429.216	2.420.443	4.588.889	7.009.332	83%
Timor-Leste	7.593.760	10.381.689	17.975.450	11.106.549	9.284.258	20.390.807	113%
Total	27.028.502	41.067.190	68.095.692	29.606.998	30.858.906	60.465.904	89%

Fonte: Mapas partilhados BIL I e II, tratamento PP.

3. Na sequência da revisão do *Quadro Comum da União Europeia (UE) para os Programas de Estratégia por Países*¹⁰, que consiste na identificação de linhas de comuns à UE para a programação por país desenvolvida por cada Estado Membro, o IPAD elaborou um documento que constitui uma adaptação do modelo como enquadramento para os Programas Indicativos de Cooperação para 2007-2009/10. Denominado ***Linhas de Orientação para os PIC***, este documento serviu de estrutura base para a programação estratégica dos novos PIC de Angola, Moçambique e Timor-Leste. O Quadro Comum e a Programação Plurianual Comum são o resultado de um compromisso assumido pela União Europeia (UE) de aplicação dos princípios da *Declaração de Paris*, de instituir progressivamente uma programação plurianual comum. Esta programação constitui uma das componentes do *Plano de Acção da UE para a Eficácia da Ajuda*¹¹.

Neste sentido, os PIC têm os seguintes principais princípios orientadores:

- **Princípio de concentração** em países e sectores, numa perspectiva de maior eficácia.
- A escolha dos **sectores de intervenção** terá de ser feita de acordo com as mais valias da Cooperação Portuguesa. Dessa forma, a selecção deverá residir sobre as seguintes áreas: Educação, Saúde, Boa Governação, Género, Desenvolvimento Rural.
- A **programação plurienal** deve ser assegurada de forma a garantir a necessária previsibilidade da ajuda.
- A preparação dos PIC deve ser baseada, ou alinhada, com as **Estratégias de Redução da Pobreza** dos países parceiros ou enquadramentos similares e, sempre que possível, com o **ciclo orçamental local**. Estes são princípios essenciais para a apropriação e liderança pelo país parceiro do seu próprio desenvolvimento.
- Sempre que o país parceiro não reúna condições para exercer um papel de liderança, como no caso dos **Estados Frágeis**, caberá a Portugal exercer esse papel alinhando com as prioridades e ciclos de planeamento locais (*shadow alignment*).

¹⁰ *EU Common Framework for Country Strategy Papers*.

¹¹ Na sua sessão de 11 de Abril de 2006, o Conselho da UE aprovou o modelo de enquadramento comum para a elaboração de princípios e documentos de estratégia por país e princípios para uma programação plurianual conjunta, que constitui o anexo às Conclusões do Conselho sobre *“Financiamento do desenvolvimento e eficácia da ajuda: mais, melhor e mais rápida”* [DEVGEN 105, RELEX 232, FIN 137]. As referidas Conclusões foram objecto de resolução do Parlamento Europeu a 28 de Setembro de 2006 (A6-270/2006).

- A ajuda deve ser concedida através dos **sistemas locais** dos parceiros: Os fluxos de ajuda externa devem estar identificados no orçamento do Governo, de forma a permitir que a ajuda esteja “*on-budget*”.
 - A gradual opção pelas **outras modalidades de ajuda**, para além da figura *projecto*: apoio ao orçamento, participação em abordagens sectoriais integradas (SWAP) e em outros programas definidos pelo parceiro, fundos globais e outros.
 - A orientação para os **resultados**, definindo indicadores que permitam medir o impacto das várias intervenções para informar futuras programações.
 - Desenvolver formas de ajuda que fomentem a **coordenação** e a **harmonização** de procedimentos entre doadores, incentivando, assim, estratégias de **complementaridade entre doadores** (divisão de trabalho). As opções tomadas nesta matéria devem basear-se nas necessidades e prioridades identificadas pelo país parceiro e nas vantagens comparativas de Portugal.
 - As parcerias devem ser extensíveis aos actores não-públicos e ao sector privado.
4. No segundo semestre de 2006, deu-se início à **programação financeira do orçamento do IPAD para 2007**, destacando-se os exercícios realizados no âmbito da alocação do Orçamento do IPAD para o próximo ano. Assim, procedeu-se a um levantamento dos compromissos já assumidos quer com os países parceiros, quer com outras entidades, para 2007, com o objectivo de se chegar a uma proposta indicativa de alocação do Orçamento por unidade orgânica. Ao mesmo tempo, realizaram-se reuniões sectoriais entre os diversos executores da Cooperação portuguesa, para definição dos envelopes financeiros dos novos PIC, a iniciar em 2007.
5. Procedeu-se à actualização regular da informação económica, social e política sobre os países parceiros e elaboração de *Pontos de Situação*, sempre que solicitados.

Meta 4 – Facilitar a apropriação dos países beneficiários do seu próprio desenvolvimento.

Alguns dos principais países de concentração da ajuda portuguesa são considerados *Estados Frágeis*, como é o caso da Guiné-Bissau ou de Timor-Leste. A Cooperação Portuguesa pode, nesses países, desempenhar um papel de mais valia com a concessão de uma ajuda para a formação local, para a capacitação do Estado, para os serviços sociais básicos, ou ainda para o desenvolvimento de medidas de apoio à paz, à prevenção de conflitos e de manutenção da estabilidade pós-conflito. Reconhecendo a especificidade destes países, a ajuda deve ser adaptada a este contexto, facilitando a apropriação.

Actividades previstas

- ⇒ Realizar encontros bilaterais sectoriais, de forma a facilitar a apropriação pelos beneficiários dos Projectos de Desenvolvimento a constituírem os PAC, bem como, identificar sectores prioritários e áreas onde o alinhamento é possível e identificar programas de carácter regional e global, onde seja desejável uma participação activa do IPAD.
- ⇒ Sensibilizar os países beneficiários para a necessidade de agilizarem os processos de candidaturas a Bolsas de Estudo de acordo com as orientações e o calendário difundido por Portugal.
- ⇒ Ao nível dos Agentes da Cooperação, acompanhar as missões ao terreno a realizar no âmbito do GAERI¹² – Ministério da Educação, ou outras, relativas aos programas e projectos de educação, assim como articular com as instituições da cooperação sediadas nos diversos países, com vista ao reforço de informação ao nível dos cooperantes.

Actividades realizadas

1. As orientações internacionais em termos de harmonização, alinhamento e apropriação dos países beneficiários do seu próprio desenvolvimento, dedicam especial atenção aos **Estados Frágeis**. Com esse objectivo, está a ser realizado um exercício¹³ que visa identificar *Princípios para a Boa Intervenção em Estados Frágeis* de modo a integrá-los no exercício de harmonização e alinhamento, através de uma ajuda que seja adaptada a contextos de fraca capacidade de governação. No âmbito deste exercício, Portugal ofereceu-se em 2005 como facilitador para a Guiné-Bissau.

O IPAD acompanhou e participou na reunião do Grupo de Trabalho do CAD/OCDE sobre os Estados Frágeis (Junho, Paris) na qual foi apresentado um ponto de situação sobre os exercícios nos nove países piloto. Esta iniciativa foi seguida de um seminário que reuniu os facilitadores dos exercícios piloto, representantes do CAD/OCDE, do PNUD, do BM e do FMI e também representantes de alguns países que estão a ser alvo do exercício, designadamente do Yemen e da Guiné-Bissau. O seminário permitiu, assim, uma troca de impressões e alguns esclarecimentos relativamente a diferentes interpretações sobre os 12 princípios acordados.

No âmbito da coordenação da acção de Portugal como facilitador do Exercício piloto para a Guiné Bissau de aplicação dos princípios para uma intervenção eficaz em Estados Frágeis, foi realizado um estudo que avaliou a situação do país relativamente a cada um dos doze princípios, tendo sido consultados actores guineenses (do governo e sociedade civil) e os principais doadores presentes no terreno.

¹² GAERI – Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais.

¹³ Um exercício do “*Fragile States Group*”.

A matriz de implementação dos princípios foi validada pelo Governo guineense em Outubro de 2006 e no mês seguinte concluiu-se a Fase I do exercício de facilitação, com a realização do Seminário sobre a Aplicação dos Princípios, em Bissau.

Este seminário teve como principal objectivo debater a relevância e implementação da aplicação dos princípios para uma intervenção internacional eficaz nos Estados Frágeis, mais concretamente na Guiné-Bissau, de modo a melhorar a actuação da comunidade doadora internacional. As conclusões do seminário têm como ideias base a necessidade de estabilidade política, inclusão reforma do sector da segurança num quadro mais amplo de reformas, promoção do sector privado, capacitação institucional, apropriação do processo de desenvolvimento pelas autoridades guineenses, harmonização dos procedimentos dos doadores, alinhamento com as estratégias de desenvolvimento do *DENARP - Documento Estratégico Nacional de Redução da Pobreza*, entre outras.

2. Foram promovidas reuniões técnicas de trabalho envolvendo os organismos beneficiários e os executores no sentido de aprofundar o trabalho de programação das actividades dos programas/projectos, identificar áreas onde o alinhamento é possível e redefinir, quando necessário, alguns objectivos e reorientar acções.

Neste contexto as **Missões de Diagnóstico**¹⁴ aos países parceiros revelam-se um útil instrumento. Em 2006, destacam-se as seguintes:

- ⇒ Angola: missão conjunta para identificação de um *Projecto de Apoio ao Ensino Secundário*, que se encontra em fase de operacionalização, bem como uma missão de diagnóstico e estruturação de um programa de desenvolvimento rural da Província de Moxico, que aguarda cabimentação;
- ⇒ Cabo Verde: missão no âmbito do *Projecto da Cidade Velha* – com a participação do IPPAR e do Gabinete do Arquitecto Siza Vieira – para identificação das actividades que deveriam constar do plano de trabalhos para a Reabilitação da Cidade Velha;
- ⇒ Missão no âmbito do projecto de *Recuperação da Réplica da Torre de Belém* – constituída pela Comissão de Abertura e Análise das Propostas – com o objectivo de analisar as propostas apresentadas para a execução daquela empreitada de recuperação;
- ⇒ Moçambique: Missão de diagnóstico no âmbito do *Projecto de Apoio ao Arquivo Cinematográfico de Maputo*;

¹⁴ As Missões Técnicas de Acompanhamento encontram-se referidas no Objectivo 2, Meta 1.

⇒ S. Tomé e Príncipe: aproveitando a participação na Assembleia-Geral Ordinária da SPI¹⁵, foi possível preparar o Programa de Formação Continuada de Professores, na expectativa que o mesmo pudesse ser iniciado no ano lectivo 2006/2007.

⇒ Timor-Leste: missão de acompanhamento para a realização da reunião ordinária da Comissão Paritária no âmbito do *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural*.

3. A harmonização entre doadores e o alinhamento entre doador e parceiro na programação dos projectos foi particularmente relevante em S.Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, permitindo facilitar o processo de apropriação destes países do seu desenvolvimento. A realização de **mesas redondas sectoriais de doadores** (Dezembro 2006), permitiram ao Governo santomense apresentar os programas e projectos para as áreas consideradas prioritárias e sensibilizar os doadores para a sua concretização. Em Genebra (Novembro 2006), realizou-se uma mesa redonda de doadores para a Guiné-Bissau, que previu um desembolso de 262,5 MUSD de ajuda financeira para os próximos cinco anos (2006-2011), mediante a apresentação de provas de boa governação pelo Governo guineense.

4. O IPAD concedeu bolsas para oito países, distribuídas da seguinte forma:

Quadro 5 – Bolsas concedidas pelo IPAD – 2006 (€)

	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Timor-Leste	Guiné Equatorial	Palestina	Total
Bolsas Internas	79.099	28.296	49.566	9.064	21.126	-	-	-	187.151
Ensino	334.727	787.368	551.676	565.557	348.625	342.295	43.600	56.951	3.030.798
Ensino Secundário	-	-	-	-	26.120	-	-	-	26.120
Formação Profissional	15.390	-	2.263	5.431	-	-	-	12.222	35.306
Formação Técnico-Militar	153.406	66.604	15.608	164.986	49.612	2.975	-	-	453.191
Núcleo Apoio Bolseiro	-	-	-	-	-	54.410	-	-	54.410
Segurança Interna	-	8.174	-	-	9.638	-	-	-	17.812
Técnico-Profissional	-	-	-	-	-	216.013	-	-	216.013
Via Acesso	33.090	-	36.319	-	-	-	-	-	69.409
Total	615.712	890.442	655.432	745.038	455.122	615.693	43.600	69.173	4.090.210

Fonte: IPAD/BIL I/Divisão de Bolsas

5. O IPAD foi responsável pela contratação, acompanhamento e gestão de 310 agentes da cooperação que se distribuíram da seguinte forma:

¹⁵ SPI – Sociedade Promotora de Investimentos.

Quadro 6 - Agentes da Cooperação 2006

PAÍSES	Programas/Projectos/Ações	Área	N.º de Agentes da Cooperação	Obs.	
ANGOLA	Instituto Superior de Ciências da Educação (Centro Universitário de Benguela) - UAN	Educação	1		
	Ensino da Língua Portuguesa - UAN	Educação	3		
TOTAL Angola			4		
CABO VERDE	Projecto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário (PADES)	Educação	52	Os 52 agentes de cooperação referem-se ao ano lectivo de 2005/2006. No ano lectivo 2006/2007, o contingente diminuiu para 41 agentes, devido à não renovação de contratos por vontade dos próprios agentes e à ausência de solicitação da sua substituição, por parte das autoridades cabo-verdeanas.	
	Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde na Área de Otorrinolaringologia	Saúde	1		
TOTAL Cabo Verde			53		
ETIÓPIA	Supervisor e Analista das Operações e Actividades do Public Sector Capacity Building Program	Banco Mundial	1		
TOTAL Etiópia			1		
GUINÉ-BISSAU	Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG)	Educação	40	Em 2005/2006 o contingente foi composto por 18 agentes de cooperação, tendo aumentado para 40 no ano lectivo de 2006/2007.	
	Programa de Cooperação entre a Faculdade de Direito de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau	Educação	1		
	Projectos de Cooperação na Área da Saúde	Saúde	1		
	Projecto do Centro Experimental e de Fomento Frutícola e Hortícola do Quebo	Desenvolvimento Rural e Agrícola	1		
	Projecto de Apoio Institucional no Sector da Estatística	Planeamento	1		
TOTAL Guiné-Bissau			44		
MOÇAMBIQUE	Ensino da Língua Portuguesa na Escola Luís de Camões - Nacala	Educação	1		
	Apoio à Universidade Eduardo Mondlane	Educação	1		
	Protocolo de Assistência Técnica na área das Finanças Públicas	Boa Governação	1		
	Projecto de Cooperação Saúde da Mãe e da Criança em Xai-Xai	Saúde	2		
	Projecto de Apoio ao GAPI	Desenvolvimento Rural	1		
	Projecto de Recuperação do Património	Cultura (Cluster)	1		
	Projecto para o Aumento da Eficácia e da Execução de Programas/Projectos/Ações (PPA) em Moçambique	Acompanhamento no terreno dos PPA	3		
TOTAL Moçambique			10		
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	Programa de Apoio ao Ensino Secundário (PAES)	Educação	24	Em 2005/2006 o contingente foi composto por 19 agentes de cooperação, tendo aumentado para 24 no ano lectivo de 2006/2007.	
	Projecto Sociedade de Promoção de Investimentos (SPI)	Capacitação Institucional	1		
TOTAL S. Tomé e Príncipe			25		
TIMOR-LESTE	Educação de Reintrodução da Língua Portuguesa	Educação	125		
	Escola Portuguesa de Díli	Educação	24		
	Assessorias e Coordenação de Projectos	Assessorias	Assessorias	18	Inclui Assessorias de: Apoio ao Ministério da Saúde (2), Apoio ao Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto (2), Apoio à Direcção Nacional de Alfândegas (4), Apoio ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (3), Apoio ao Gabinete do Primeiro-Ministro (2), Apoio à Presidência do Conselho de Ministros (1), Apoio à Provedoria dos Direitos do Homem e Justiça (1), Apoio à Direcção-Geral do Turismo (1), Apoio à Direcção Nacional de Protecção Civil (1), Apoio à Criação de uma Tipografia em Baucau (1).
		Coordenação de Projectos	Coordenação de Projectos	4	Inclui os Projectos: Alargamento da Cobertura de Rádio e Televisão (1), Centro de Ensino à Distância (2), Emprego e Formação Profissional (1).
		Outras Assistências Técnicas	Outras Assistências Técnicas	2	Inclui o Projecto para o Aumento da Eficácia e da execução de Programas/Projectos/acções em TL (1) e uma Coordenação de Projectos na área da Educação (1).
TOTAL Timor-Leste			173		
TOTAL GERAL			310		

Fonte: IPAD/BIL II/Divisão de Cooperantes

2. Reforçar o acompanhamento e a avaliação dos programas e projectos de desenvolvimento

Este reforço visa aumentar a capacidade de resposta face às dificuldades de implementação, corrigir os desvios detectados e retirar os ensinamentos das experiências passadas.

Meta 1 – Reforçar o acompanhamento dos programas e projectos.

Actividades previstas

- ⇒ *Elaborar um Plano de Acompanhamento dos Programas e Projectos de Desenvolvimento.*
- ⇒ *Elaborar uma Ficha de Projecto, que permita uma leitura clara e objectiva sobre a evolução e o grau de execução técnica e financeira dos projectos.*
- ⇒ *Reforçar os efectivos no terreno tendo em vista manter uma relação de proximidade com os diversos promotores e/ou executores dos Programas e Projectos de Desenvolvimento.*
- ⇒ *Reforçar a articulação com as estruturas executoras, através de uma maior colaboração na preparação e realização de missões de acompanhamento.*
- ⇒ *No âmbito dos PAC, assegurar o acompanhamento através de reuniões periódicas com as estruturas coordenadoras dos países beneficiários.*
- ⇒ *Manter um fluxo de informação actualizado com as Embaixadas de Portugal nos países parceiros.*

Actividades realizadas

A Cooperação Portuguesa depara-se, desde há muito, com a falta de estruturas adequadas a funcionar no terreno – delegações locais do IPAD –, que permitam um acompanhamento adequado em todas as fases do ciclo do projecto, desde a identificação das necessidades dos países parceiros à programação, execução e avaliação, possibilitando, inclusive, uma readaptação e redefinição da actuação ao longo desse ciclo, em prol da eficiência, eficácia e da obtenção dos resultados pretendidos. Ora, essa lacuna potencia as dificuldades de coordenação de uma variedade de intervenientes, contribuindo para a dispersão de meios e não optimização dos poucos recursos existentes.

1. Em 2006, o IPAD deu prioridade à resolução deste problema através do reforço das equipas locais, junto das Embaixadas.

Quadro 7 – Reforço das Equipas nas Embaixadas nos Países Parceiros

	Técnicos da Cooperação
Cabo Verde	1
Guiné-Bissau	1
Moçambique	3
Timor Leste *	1
TOTAL	6

* A Embaixada em Díli foi reforçada com mais um técnico no início de 2007.

2. Para além das *Missões de Diagnóstico* o IPAD realiza periodicamente **Missões Técnicas de Acompanhamento** dos Programas e Projectos em curso. Em 2006, destacam-se as seguintes:

⇒ Por ocasião da assinatura do PAC 2006 de Timor-Leste, foi efectuada uma missão (Jan.14-20) no contexto de acompanhamento do *PADRTL*¹⁶, *Apoio ao Funcionamento do Aeroporto de Díli*, *Apoio às Eleições*, *GERTiL*¹⁷ e *Apoio à Comunicação Social*.

A reunião trimestral de acompanhamento prevista no PAC para Abril/Maio não se realizou devido à situação de conflito que se verificou àquela data no país e que levou à posterior queda do Governo.

⇒ Na Guiné-Bissau, por razões de natureza política alheias ao IPAD, o PAC 2006 não pode ser assinado antes do final do primeiro semestre o que veio condicionar a implementação de novas acções de cooperação e consequentemente a execução dos programas e projectos em curso. A reunião de acompanhamento trimestral das acções de cooperação foi, pelas razões referidas, adiada para data a coincidir com a assinatura do PAC 2006 em Junho.

⇒ A reunião trimestral de acompanhamento prevista no PAC 2006 de Moçambique realizou-se em Abril, com a deslocação de uma missão do IPAD para proceder a uma primeira avaliação da execução dos projectos em curso.

Realizou-se ainda uma missão de acompanhamento na área do Ensino Primário e Secundário, do *Projecto de Construção e Apetrechamento de Escolas*; uma missão na área do *Apoio ao Sector Privado* e ainda duas missões relativas ao *Projecto de Apoio ao Arquivo Histórico* e ao *Programa de Desenvolvimento Rural do Cabo Delgado*;

⇒ Acompanhamento da intervenção no sector da Saúde em Angola, em coordenação com a Direcção-Geral da Saúde (entidade executora) e as entidades angolanas parceiras, tendo-se apontado para uma maior concentração da intervenção em áreas chave, tais como saúde pública, pediatria, formação e reestruturação institucional/legal;

¹⁶ Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural em Timor-Leste.

¹⁷ Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor-Leste.

- ⇒ Acompanhamento PAC Cabo Verde (Julho) que permitiu, juntamente com a Direcção-Geral da Cooperação Internacional cabo-verdiana, efectuar o ponto de situação da execução dos projectos.
- ⇒ A São Tomé e Príncipe foram realizadas três missões:
- Participação na Assembleia-Geral Ordinária da SPI (Sociedade de Participação de Investimentos, SA), que serviu para acompanhamento da execução do PAC, através de reuniões com as estruturas coordenadoras do países e com o objectivo de se analisar o grau de execução e acordar eventuais ajustamentos necessários à concretização dos Programas e Projectos inscritos;
 - Missão conjunta com o Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Educação, com o intuito de avaliar a implementação do 1º ano dos *Cursos Secundários Profissionalmente Qualificante* (com os cursos Humanísticas/Turismo e Gestão/Administração), bem como planificar o arranque de dois novos cursos (Arte-e-Design e Tecnologias Industriais/Construção Civil);
 - Aproveitando a participação nas mesas redondas sectoriais de doadores, esta missão permitiu proceder ao acompanhamento do *Projecto Saúde para Todos*, tendo-se visitado os Postos e Centros de Saúde apoiados no âmbito do projecto;
- ⇒ Realizaram-se ainda **missões de acompanhamento aos projectos de desenvolvimento das ONGD** a S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau, Timor-Leste e Cabo-Verde, tendo sido monitorizados 32 projectos. Foram efectuados os respectivos relatórios de missão, tendo em conta os Termos de Referência e a matriz de acompanhamento elaborados, de forma a poder apreciar a relevância, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade dos projectos, bem como a normalizar, facilitar e nortear o trabalho técnico na fundamentação de futuras propostas de ONGD.
3. O acompanhamento correcto dos PAC implica a **uniformização e sistematização da informação qualitativa, quantitativa/financeira** de forma a obter-se uma leitura clara, imediata e objectiva sobre a evolução e o grau de execução técnica e financeira dos projectos. Neste sentido:
- ⇒ Foram preparadas *Fichas de Projecto* de acordo com um modelo pré estabelecido e foram refeitos os *dossiers* por país contendo informação detalhada sobre os projectos incluídos em PAC, tanto do ponto de vista da análise retrospectiva como da análise prospectiva, de forma a identificar claramente os constrangimentos encontrados e melhorar o acompanhamento.

- ⇒ Foi constituída uma *task force*, que incluía colaboradores de diversos Serviços do IPAD, para a elaboração de um *Modelo Uniformizado de Fichas de Acompanhamento de Projectos/Programas/Acções*. A eficácia desta ferramenta está a ser testada com Projectos integrados nos PAC de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste.
- ⇒ Foram formalizados todos os apoios concedidos, através de *Cartas/Contrato* ou de Protocolos, onde estão claramente definidas as condições de financiamento, nomeadamente, quanto às obrigações e direitos das Partes.
- ⇒ Os *Relatórios de Missão* elaborados no quadro da execução dos Programas/projectos foram sistematicamente remetidos para as Embaixadas de Portugal nos países respectivos, bem como, aos organismos directamente beneficiários da intervenção, para conhecimento e análise e disponibilizados na *Intranet* do IPAD.
- ⇒ Foram reforçados os conteúdos e actualizadas as *Pastas Partilhadas* relativas aos PAC. As *Pastas Partilhadas* são ficheiros em rede cuja informação é partilhada por várias Direcções de Serviço e Conselho Directivo, permitindo o acesso em tempo real à informação sobre a execução física e financeira dos PAC, aos Protocolos assinados, aos Relatórios elaborados, às fotografias de missão e a Documentos de Orientação e de Enquadramento produzidos por organismos multilaterais e outros doadores.
- ⇒ Foi elaborada uma proposta para a informatização de um novo sistema de controlo/accompanhamento centralizado da execução financeira dos projectos, por unidade orgânica, de modo a que a informação em matéria de execução estivesse permanentemente actualizada e disponível para consulta.
- ⇒ Atendendo a múltiplas contingências de ordem orçamental e financeira, foi elaborado um conjunto de *Exercícios de Planeamento e de Tesouraria*. Estes exercícios realizaram-se pelas Divisões de Planeamento e Programação, de Assuntos Bilaterais I e II e pela ADMIN, individualmente ou em articulação.

Meta 2 – Reforçar a avaliação dos programas e projectos e implementar o Plano de Avaliação 2005-2007.

A melhoria da política de APD Portuguesa passa pelo fortalecimento de uma cultura de avaliação. Esta deve constituir uma rotina da boa gestão e tornar-se um dos principais pilares para os mecanismos de tomada de decisão. Permite, assim, aumentar a eficácia da ajuda ao nível das políticas e ao nível operacional, corrigindo desvios, retirando

ensinamentos das experiências passadas e incorporando as lições e as recomendações nas intervenções em curso e futuras.

Actividades previstas

- ⇒ *Concluir a avaliação da Política de Bolsas e disseminar os seus resultados;*
- ⇒ *Elaborar os TdR¹⁸ e abrir os respectivos concursos das seguintes avaliações –, PIC 2004/06 de Angola, Moçambique e Timor-Leste; Formação de Professores em Timor -Leste; FUP em Timor-Leste e Sector da Justiça;*
- ⇒ *Concluir os TdR e abertura do concurso da avaliação da Cooperação na Área da Estatística;*
- ⇒ *Acompanhar a elaboração dos Relatórios de base ao Exame de Portugal (Abril de 2006);*
- ⇒ *Participar/acompanhar duas avaliações conjuntas com outros doadores (3C e GBS) e Participar nas reuniões dos grupos de Avaliação, no CAD e na UE;*
- ⇒ *Dar formação interna sobre avaliação.*

Actividades realizadas

1. Foi concluído todo o processo de **Avaliação da Política de Bolsas**, bem como dos **PIC de Angola e Moçambique**, tendo os seus resultados sido difundidos pelos diversos actores da cooperação portuguesa e países parceiros e disponibilizados no *website* do IPAD.
2. Quanto à *Avaliação do PIC de Timor-Leste*, por adiamento da deslocação ao terreno, a conclusão dos processos de recolha e análise da informação, de elaboração da versão provisória do relatório final e de realização do *workshop* final terminaram mais tarde. A versão final do Relatório foi entregue no final de Janeiro de 2007, tendo integrado os comentários e sugestões do *workshop*.
3. Ficaram concluídos os TdR da **Avaliação da Cooperação no domínio da Estatística**, devendo os mesmos ser enviados aos países parceiros para recolha de comentários. Porém, a inexistência de recursos financeiros disponíveis para realizar esta avaliação adiou o processo, aguardando-se orientação superior sobre o assunto.
4. No quadro das **Avaliações Conjuntas**, o IPAD participou na reunião do *steering group* (Fevereiro, Edimburgo), acompanhou a discussão de todo o processo de conclusão e disseminação de resultados da avaliação conjunta do Apoio ao Orçamento (GBS) e, em Dezembro, realizou uma acção interna de disseminação dos resultados.
5. O IPAD participou, ainda, nas reuniões da **Rede de Avaliação do CAD** (Março e Novembro, Paris).
6. O processo **Avaliação dos 3C¹⁹** foi acompanhado indirectamente, não tendo o IPAD participado na reunião de Junho, em Bruxelas, por indisponibilidade dos recursos

¹⁸ TdR – Termos de Referência.

¹⁹ 3C – Coordenação, Coerência e Complementaridade.

humanos. Pela mesma razão, o IPAD não participou na reunião de Chefes de Avaliação da UE.

7. Foi elaborado o documento **Política de Avaliação**, documento norteador da função da avaliação na Cooperação Portuguesa.
8. Foi realizada uma acção de formação interna sobre Avaliação na Cooperação (Dez.).
9. Foi concluída a elaboração do último capítulo do **Guia de Avaliação – Metodologias e Técnicas de Avaliação**, a incluir na página da Avaliação do *website* do IPAD.
10. Foi elaborado um **Guia Comentado de Recursos sobre Avaliação na Internet**, a incluir na área da Avaliação do *website* do IPAD.
11. Não foram elaborados os TdR para as **Avaliações da Formação de Professores em Timor-Leste, da FUP em Timor-Leste e do Sector da Justiça** por redefinição de prioridades e afectação dos escassos recursos humanos da Divisão de Avaliação à elaboração das *Estratégias Sectoriais e Transversais da Cooperação Portuguesa*.
12. No âmbito do **Exame do CAD a Portugal**²⁰, foi realizado todo o trabalho necessário, desde a difusão das versões preliminares do relatório, recolha de comentários, respostas para a OCDE, difusão de resultados finais, tradução das principais conclusões e recomendações e sua inclusão no *website* do IPAD, bem como organização dos encontros entre o Presidente do CAD e o Grupo Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Cooperação, na Assembleia da República, e a sessão pública de apresentação dos resultados, no dia 2 de Junho.

²⁰ Resumo das principais conclusões e recomendações em <http://www.ipad.mne.gov.pt/imagens/stories/Avaliacao/examecad.pdf>

3. Privilegiar uma abordagem centrada nos resultados e melhorar a qualidade e transparência dos processos.

De forma progressiva, o IPAD está a direccionar a sua actuação para uma abordagem centrada nos resultados e cuja orientação primordial é o impacto positivo nas populações beneficiárias e a redução da pobreza. Esta abordagem terá início na identificação e definição de indicadores e padrões de desempenho, o que permitirá uma análise mais objectiva do impacto obtido.

Meta 1 – Contribuir para a melhoria na definição de objectivos, metas e actividades

A abordagem orientada para objectivos e para a obtenção de resultados, permite direccionar a actividade do IPAD para os fins específicos previamente definidos pela tutela e pela Direcção do Instituto. Associado este processo está a necessidade de melhorar a definição dos objectivos, metas e actividades do IPAD.

Actividades previstas

Elaborar e compilar informação pertinente para o conhecimento, planeamento e acompanhamento das actividades do IPAD, em particular, e da Cooperação Portuguesa, em geral, através de um conjunto de relatórios de formato e conteúdo adequados.

Actividades realizadas

1. Relatório de Actividades do IPAD de 2005: O documento foi esquematizado por unidades orgânicas e de acordo com a nova estrutura, visando transpor a actual dinâmica interna de funcionamento das actividades do Instituto. Numa perspectiva de análise contextualizada da actividade do IPAD ao longo de 2005, o relatório traçou ainda, ao nível das conclusões, uma avaliação do cumprimento dos principais objectivos estratégicos globais enunciados no Plano de Actividades para 2005.
2. Plano de Actividades do IPAD de 2006: O Plano foi elaborado numa óptica de definição de oito Objectivos Específicos estabelecidos pela Direcção do IPAD, correspondentes Metas e Actividades previstas.
3. Memorando da Cooperação Portuguesa de 2005: Foi concluído um novo modelo, simplificado e de utilização mais amigável, com um tratamento de informação adequado ao acompanhamento das actividades da Cooperação Portuguesa.

Meta 2 – Promover uma orientação progressiva para a monitorização dos resultados

Actividades previstas

- ⇒ *Monitorizar o processo de orientação da APD para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)²¹, através da implementação de uma metodologia de automatização da classificação dos ODM na Base de Dados da Cooperação Portuguesa.*
- ⇒ *Ao nível do acompanhamento dos projectos, promover a elaboração e adopção de um modelo de Relatório de Acompanhamento, que identifique os resultados alcançados através de indicadores de realização.*
- ⇒ *No âmbito dos Agentes de Cooperação, adoptar um Modelo de Relatório direccionado para o desenvolvimento da acção, assim como, adoptar um Modelo Contratual para os Agentes da Cooperação, que permita o melhor controlo do seu desempenho.*

Actividades realizadas

1. A metodologia relativa aos ODM foi implementada. Este exercício metodológico permite obter informação estatística sobre a canalização da APD portuguesa para cada um dos ODM e suas 18 metas.
2. Os últimos PAC assinados com os países parceiros integram já uma classificação por dos ODM e por códigos CAD²².
3. O IPAD elaborou um *Modelo de Relatório de Acompanhamento*, que identifica os resultados alcançados através de indicadores de realização. Foi apresentado como modelo a seguir pelos organismos executores, constando dos respectivos compromissos no quadro dos Protocolos e/ou Cartas Contrato formalizadas, e tem sido seguido por estes.
4. O IPAD elaborou uma proposta de *Indicadores de Acompanhamento*.
5. Foi também introduzida a obrigatoriedade de apresentação, pelos executores, de *Indicadores de Seguimento* na formalização dos vários apoios, o que tem sido genericamente respeitado pelos executores com ganhos na objectividade da monitorização das intervenções.

²¹ Definidos pelas Nações Unidas em 2000, numa filosofia de responsabilidade partilhada entre doadores e beneficiários, os 8 ODM são compostos por 18 metas e 48 indicadores, a serem atingidos no prazo de 25 anos.

²² Códigos de classificação da distribuição sectorial da ajuda, adoptados por todos os doadores do CAD (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE).

Meta 3 – Melhorar a qualidade e transparência dos processos

Actividades previstas

- ⇒ Contribuir para a identificação de normas e critérios para o financiamento de Programas e Projectos pelo IPAD, designadamente no que respeita à candidatura, à análise, à elegibilidade e à padronização da formalização dos apoios/intervenções/financiamentos.
- ⇒ Contribuir para a elaboração de um Regulamento de Candidatura e Análise de Programas e Projectos, com requisitos e pressupostos claramente definidos e apoiar a elaboração dos formulários inerentes.
- ⇒ Uniformizar critérios, conceitos e terminologia utilizados nos textos e quadros dos PAC.
- ⇒ Completar a análise dos Programas e Projectos dos PAC até ao final do primeiro semestre.
- ⇒ Elaborar pareceres prévios sobre Programas/Projectos bilaterais não dinamizados pelo IPAD, bem como, os apresentados no quadro da CPLP.
- ⇒ Elaborar relatórios trimestrais sobre a situação dos projectos em fase de execução e elaborar pontos de situação sobre os projectos em análise.
- ⇒ Elaborar relatórios informativos sobre a evolução das principais temáticas transversais como ferramenta da identificação de estratégias sectoriais e regionais.
- ⇒ Melhorar o tempo de resposta aos pedidos interpostos (quer por outros serviços do IPAD ou do Conselho Directivo, quer por terceiras entidades).
- ⇒ Prosseguir o trabalho de reformulação do Regulamento de Bolsas de Estudo da Cooperação, que irá permitir uma uniformização de tratamentos e prever as modalidades de retorno.
- ⇒ Optimizar a Base de Dados das Bolsas de modo a permitir o tratamento de todos os dados dos bolseiros.
- ⇒ Definir o Contingente de Bolsas a conceder, por Portugal, para o ano lectivo 2006/2007.
- ⇒ Aprovar um Regulamento Específico de Bolsas no Terreno para São Tomé e Príncipe.
- ⇒ Definir um modelo de Regulamento Específico de Bolsas no Terreno para Moçambique.
- ⇒ Responder a eventuais solicitações de Formação Profissional que não tenham enquadramento em Programas ou Projectos de Desenvolvimento estruturantes, através da concessão de bolsas de formação profissional.
- ⇒ Ponderar a realização do IV Curso Intensivo “A Diplomacia Moderna”, com a participação de formandos dos PALOP e Timor-Leste.
- ⇒ Formalizar o Acordo de Parceria GAERI/IPAD, de forma a estabelecer a calendarização nos processos de recrutamento, selecção e contractualização com os agentes da cooperação em exercício e a recrutar.

⇒ *Ao nível dos cooperantes, apoiar a criação de uma base de dados para registo dos contratos de cooperação, assim como, apoiar a elaboração de uma base de dados, interna, para registo dos processos individuais dos agentes da cooperação, de forma sistematizar e disponibilizar toda a informação.*

Actividades realizadas

1. Foi estruturada uma **Informação Tipo**, que integra a ponderação nas normas de qualidade dos projectos, e utilizada como modelo na apresentação de propostas para decisão superior.
2. O IPAD tem promovido uma informação sistemática dos beneficiários quanto aos programas/projectos aprovados e termos/condições do apoio autorizado, sendo que na maioria dos casos o Protocolo de formalização é assinado também pelo organismo beneficiário, e após a sua aprovação. Pretende-se, assim, melhorar a qualidade, transparência e agilização dos processos a nível interno e junto dos países beneficiários;
3. Foram identificados **normas e critérios para o financiamento de Programas e Projectos pelo IPAD**, designadamente no que respeita à candidatura, à análise (e respectiva calendarização), à elegibilidade e à padronização da formalização dos apoios/intervenções/financiamentos;
4. Foram identificadas as bases para a elaboração de um **Regulamento de Candidatura e Análise de Programas e Projectos de Desenvolvimento** e respectivos formulários, onde os requisitos e pressupostos estejam claramente definidos;
5. O IPAD elaborou pareceres prévios sobre Programas/Projectos bilaterais não dinamizados pelo Instituto, bem como relativamente aos apresentados no quadro da CPLP. Foram ainda elaborados documentos relativamente ao FNUAP à UNESCO e ao BAD quanto ao Plano Global “Stop TB” 2006-2015 e de enquadramento para as reuniões sectoriais de Ministros da CPLP.
6. Foi igualmente analisado e aprovado o co-financiamento pelo IPAD do Programa Comemorativo do 10^a Aniversário da CPLP, no sector da Saúde, e um subsídio ao Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo para realização de uma reunião CPLP neste domínio.
7. O IPAD participou adicionalmente no Programa PIR PALOP, envolvendo as áreas da Justiça, Administração Pública e Estatística. Na área da Justiça foi preparada a proposta de envolvimento do IPAD na II Fase do Programa para o sector a Justiça, entretanto aprovado.

8. Até ao final do 1º semestre o IPAD analisou e apresentou propostas relativas a programas/projectos dos PAC que a disponibilidade financeira do IPAD permitiu cabimentar. No mesmo período completou a análise dos Programas/Projectos constantes em PAC mas cujo cabimento aguarda disponibilidade financeira, dinamizando a obtenção dos dados em falta para completar as restantes análises.

Quadro 8 – PAC 2006 - Principais projectos aprovados e implementados

PAC 2006	
País	Principais projectos
Angola	<ul style="list-style-type: none"> » Programas de Cooperação na área da Justiça e Técnico-Policial; » Programas de Cooperação Inter-Universitária nas áreas do Direito, Engenharia, Medicina, Veterinária e Ciências Básicas; » Programa de Cooperação no domínio da saúde, envolvendo as áreas da Saúde Pública, Especialidades médicas e controlo das Doenças Infecciosas; » Programas de apoio ao Ministério do Planeamento e do Programa de Formação Profissional no Sector da Construção Civil.
Cabo Verde	<ul style="list-style-type: none"> » Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário; » Programa de Cooperação Técnico-Policial; » Programa de Apoio ao Sector da Justiça; » Centro de Formação Profissional do Fogo (Construção e Apetrechamento); » Apoio ao Arquivo Histórico e do Levantamento Aerofotogramétrico.
Guiné-Bissau	<ul style="list-style-type: none"> » Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné Bissau (PASEG); » Programa de Apoio ao Ensino no Interior da Guiné-Bissau (PASEIG); » Projecto de Cooperação entre a Faculdade de Direito da Univ. de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau; » Apoio ao Centro Experimental e de Fomento Frutícola e Hortícola do Quebo.
Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> » Programa de Cooperação na área da Justiça e Técnico-Policial; » Programa de Cooperação na área da Saúde no Xai-Xai - Saúde Materno-Infantil e controlo de Doenças Infecciosas; » Projectos de Apetrechamento da Escola Secundária Mães de Mavalane; » IIª fase do Pensas@moz na área do ensino básico e secundário. » Projecto de Apoio ao Arquivo Histórico de Moçambique; » Projecto das Mediatecas de Maputo e Beira; » Projecto de Cooperação na área da Estatística; » Reforço da Capacidade Institucional do LEM; » Projecto de Desenvolvimento Rural da Costa Litoral do Cabo Delgado; » Projecto de assistência técnica/ Recuperação do Património; » Cluster - Ilha de Moçambique.
São Tomé e Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> » Programa de Apoio ao Ensino Secundário Geral e Profissionalizante; » Projecto de Consolidação e Funcionamento da SPI; » Apoio à Geodesia, Cartografia e Cadastro; » Apoio ao Arquivo Histórico de São Tomé e da Região do Príncipe; » Reforço da Rede de Cuidados de Saúde.
Timor-Leste	<ul style="list-style-type: none"> » Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa; » Projecto de Apoio à Universidade Nacional; » Centro de Ensino à Distância; » Programa de Cooperação no Domínio da Justiça; » Apoio ao Sector da Comunicação Social; » Programas de Assistência Técnica aos diferentes ministérios sectoriais; » Apoio ao Gertil e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural. » Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa e Apoio à Universidade de TL.

9. No domínio das **Bolsas de Estudo**:

⇒ Foi realizada a reformulação do *Regulamento de Bolsas de Estudo da Cooperação*, que irá permitir uma uniformização de tratamentos e prever as modalidades de retorno.

⇒ Continuou em curso a optimização da *Base de Dados dos Bolseiros*, de modo a permitir o tratamento de todos os dados;

- ⇒ Foi definido o *Contingente de Bolsas* a conceder, por Portugal, para o ano lectivo 2006/2007.
- ⇒ Foi aprovado um *Regulamento Específico de Bolsas no Terreno* para S. Tomé e Príncipe, e aprovado um modelo de Regulamento Específico de Bolsas no Terreno para Moçambique.
- ⇒ A Divisão de Bolsas respondeu a solicitações pontuais de Formação Profissional sem enquadramento em Programas/Projectos de Desenvolvimento estruturantes, através da concessão de bolsas de formação profissional.

10. Relativamente aos **Agentes da Cooperação** e com vista a uma melhor gestão, procedeu-se à análise dos processos individuais dos agentes da cooperação de forma a carregar a base de dados Minimal e foram elaboradas listagens que permitem responder às várias solicitações em diferentes áreas, nomeadamente:

- ⇒ Agentes da cooperação, por país e respectiva integração em programas, projectos e acções;
- ⇒ Orçamentação dos encargos financeiros por país, programas, projectos e acções, decorrentes de cada contrato;
- ⇒ Apuramento das execuções financeiras, com base no sistema Minimal – controlo das despesas;
- ⇒ Cálculo dos montantes pagos com vista à emissão das Declarações de IRS.
- ⇒ No que concerne à Aplicação da Lei nº 13 /2004 de 14 de Abril:
 - Foram elaborados 165 contratos e adendas distribuídos pelos respectivos programas/projectos/acções;
 - Respondeu-se a 416 solicitações, internas e externas, de registo de contratos (Artº 8º, nºs. 1.e 2.);
 - Elaboraram-se cerca de 19 pareceres jurídicos, relativos a solicitações de pedidos de equiparação e ou de reconhecimento do estatuto de Agente da Cooperação, e outros diversos pareceres relativamente à aplicação e interpretação da respectiva lei, a agentes da cooperação e outras instituições.
 - Foi efectuada a regularização de pagamentos em atraso; e
 - Foi iniciada a regularização de apólices de seguro.

4. Aumentar a coerência da APD.

A coerência da APD passa pelo reforço dos mecanismos de coordenação e concertação entre os vários executores internos, nomeadamente no âmbito da CIC (Comissão Interministerial para a Cooperação) e, a nível internacional, por assegurar o respeito pelos princípios de harmonização com os outros doadores, e o alinhamento com as prioridades dos países beneficiários.

Meta 1 – Contribuir para a melhoria da qualidade de informação produzida pelo IPAD sobre fluxos de ajuda externa, sobretudo, sobre a APD e sua disseminação.

Actividades previstas

- ⇒ Manter actualizada a Base de Dados (BD) da Cooperação Portuguesa e notificar o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD/OCDE) sobre os dados estatísticos oficiais relativos ao Esforço Financeiro Global da Cooperação Portuguesa, sobretudo a APD.
- ⇒ Contribuir para o acesso generalizado do IPAD à BD, para fins de consulta²³.

Actividades realizadas

1. Abertura ao IPAD da consulta da Base de Dados sobre APD, através da intranet

Foi concluída a definição de seis matrizes modelo que permitem parametrizar a pesquisa, tornando a consulta mais simples e acessível a todos os técnicos e dirigentes do IPAD. As matrizes foram construídas de forma a fornecerem dados sobre a APD em três ópticas distintas: País Beneficiário; Sector de Actividade e Financiador. Abrange consultas plurianuais (desde 2002) e/ou anuais, de nível mais agregado ou ao detalhe do projecto. Inclui ainda a opção de extracção de dados em inglês. A consulta foi disponibilizada na *intranet*, durante a primeira quinzena de Julho. A fim de facilitar o processo de consulta das matrizes, foi disponibilizado na *intranet* um *Manual da Base de Dados da APD Portuguesa*.

2. Foi elaborado um Manual para a Base de Dados da Cooperação com vista a esclarecer os principais conceitos envolvidos na APD e a explicar o processo de contabilização da mesma.

3. Cálculo do Esforço Financeiro da Cooperação Portuguesa 2005

Foi inserida na BD toda a informação reportada ao IPAD pelas entidades financiadoras, recolhida mediante a difusão de um questionário remetido em Janeiro para cerca de 90

²³ Objectivo partilhado com o Centro de Informática.

entidades. Foram cumpridos os prazos previstos para o “fecho” atempado da inserção dos dados na BD e seu controlo de qualidade (Junho), o que permitiu o prazo limite de envio da informação ao CAD/OCDE (15 de Julho).

Quadro 9 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento 2005

	milhares €	%
APD BILATERAL, TOTAL	175.644	100
Angola	16.836	9,6
Cabo Verde	36.499	20,8
Guiné-Bissau	10.874	6,2
Moçambique	18.150	10,3
S. Tomé e Príncipe	9.224	5,3
PALOP **	4.295	2,4
Timor-Leste	27.907	15,9
Outros Países	51.859	29,5
APD MULTILATERAL, TOTAL	127.782	100
NAÇÕES UNIDAS	8.397	6,6
1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões	8.397	6,6
COMISSÃO EUROPEIA	102.708	80,4
2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento	76.600	59,9
2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento	22.601	17,7
2.3. BEI - Banco Europeu de Investimento	3.507	2,7
FMI, BANCO MUNDIAL E OMC	10.194	8,0
3.1. Grupo Banco Mundial	9.590	7,5
3.2. Organização Mundial do Comércio	604	0,5
BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	2.821	2,2
OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS	3.662	2,9
das quais:		
GEF - Global Environment Facility	1.103	0,9
Protocolo de Montreal	50	0,0
CPLP - Community of Portuguese Speaking Countries ****	572	0,4
APD TOTAL	303.426	
Para referência:		
% APD/PNB		
% APD/RNB***		0,21

Fonte: IPAD/PP

** PALOP: Projectos conjuntos ou não discriminados por país.

*** RNB: Rendimento Nacional Bruto

**** CPLP adicionada à lista das organizações multilaterais em Junho de 2005. Aprovada a inclusão no Grupo de Trabalho de Estatística do CAD, Paris, 14-15 Junho 2005. Os montantes aqui incluídos respeitam às contribuições de carácter multilateral.

Meta 2 – Promover a coordenação interna ao nível da Administração Central

Pelo carácter descentralizado da cooperação, assume especial importância a coordenação com e entre os diversos Ministérios Sectoriais que nesta área têm interesses específicos, nomeadamente através da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC). Este organismo, que actualmente se procura reactivar em termos de periodicidade e de importância, tem por objectivos potenciar a comunicação, a troca de informação e o planeamento e coordenação concertados dos programas de cooperação.

Actividades previstas

Apoiar e fomentar a realização e preparação de reuniões da CIC.

Actividades realizadas

Em 2006, a CIC conheceu um dinamismo inédito ao reunir por sete vezes.

Quadro 10 – Reuniões da CIC em 2006

Datas	Agenda
14 de Fevereiro	PAC Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe
24 de Março	PAC Cabo Verde e Timor-Leste
28 de Abril	Exame do CAD e recomendações do Exame.
02 de Junho	Operacionalização do documento "Uma Visão Estatégica para a Cooperação Portuguesa".
19 de Junho	Operacionalização do documento de Estratégia (continuação).
27 de Outubro	PO05 (nova estrutura para 2007); Avaliação (acções realizadas em curso e futuro); Informações sobre os European Development Days (EDD); Documentos de Estratégia Sectorial.
18 de Dezembro	Enquadramento de análise da estrutura dos futuros PIC; PIC Timor-Leste e Angola; PAC de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe; Ponto de situação dos EDD; Documentos de Estratégia Sectorial – ponto de situação.

Meta 3 – Promover a coordenação interna ao nível da Sociedade Civil.

Actividades previstas

Apoiar Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento de ONGD; Promover o diálogo e consulta com a Plataforma Portuguesa das ONGD; Apoiar outras Organizações da Sociedade Civil; Apoiar os Municípios Portugueses.

Actividades realizadas

1. Co-financiar Projectos e Iniciativas de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e da Sociedade Civil

1. *Quadro Normativo da Linha de Financiamento para Projectos de Desenvolvimento de ONGD*

As regras e critérios aplicados aos projectos de desenvolvimento das ONGD, em vigor desde 2001, foram alvo, em parceria com a Plataforma Portuguesa das ONGD, de mais um processo de alteração, tendo em vista aprofundar o rigor na formulação e apresentação de projectos. Deste modo, além da reformulação das Regras e Critérios já

existentes, foram ainda adoptados novos procedimentos com a introdução de documentos, nomeadamente quanto à apresentação de relatórios de execução e análise de projectos.

2. Linha de Financiamento Extraordinária para Projectos de Desenvolvimento de ONGD na Guiné-Bissau

No primeiro semestre de 2006, foi anunciada a primeira Linha de Financiamento Extraordinária orçada em 1M€. Neste âmbito, deram entrada 28 projectos, de 17 ONGD e uma Associação de Imigrantes. Após análise ponderada no âmbito dos critérios estabelecidos e considerando a verba disponível, foram seleccionados 8 projectos, de 7 ONGD, num montante total de 988 mil €. Em termos sectoriais, os projectos aprovados na presente candidatura centram-se na Saúde (77%), Educação (14%) e Capacitação (9%).

3. Linha de Financiamento para Projectos de Desenvolvimento de ONGD

Em Março foi comunicado às 107 entidades inscritas como ONGD junto do IPAD a abertura de um concurso para projectos de desenvolvimento, com um orçamento global de 2,8 M€. Foram apresentados 91 projectos, de 37 ONGD, no montante global de 24,4 M€ solicitando ao IPAD um apoio financeiro de 9,8 M€. Após análise ponderada, no âmbito dos critérios estabelecidos e considerando a verba disponível, foram seleccionados 31 projectos, de 17 ONGD, num montante total de 2,8 M€.

Gráfico 1 - Distribuição Sectorial dos Projectos de Desenvolvimento das ONGD 2006

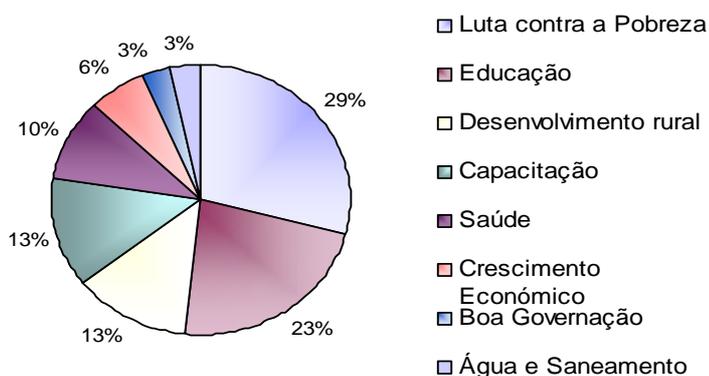
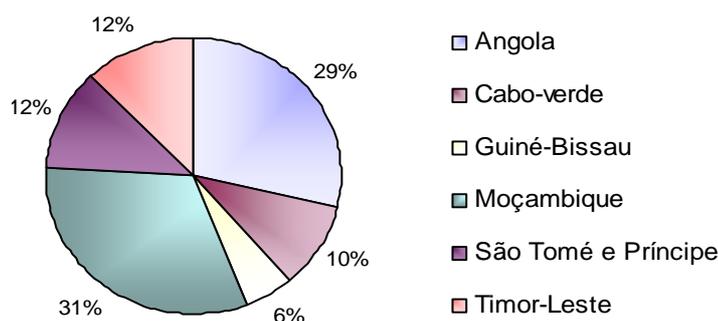


Gráfico 2 - Distribuição Geográfica dos Projectos de Desenvolvimento das ONGD 2006



4. Acompanhamento de Projectos de Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento (ED) de ONGD

No que diz respeito ao pagamento dos projectos das ONGD, foram analisados 91 pedidos de reembolso, referentes a 73 projectos, co-financiados entre 2003 e 2005.

No âmbito do DL n.º 13/2004, relativo ao pagamento dos apoios aos projectos de desenvolvimento das ONGD, a execução financeira dos projectos de 2003 e 2004 ascende a 89%, traduzindo-se num aumento de 10% relativamente 2003 e de 32% face a 2004.

Os projectos de desenvolvimento, aprovados em 2005, atingiram uma execução de 85%, sendo que os de 2006 ascendem a 80%, tendo em conta a vigência de um novo quadro legal. Os projectos de ED de 2005 registaram uma execução de 81%.

5. Outras Actividades/Apoios

Neste contexto, procedeu-se ainda à investigação e fundamentação necessária para a constituição e funcionamento do *Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento*, no quadro da operacionalização da estratégia da cooperação portuguesa.

Será também de salientar o subsídio concedido para o funcionamento da Plataforma Portuguesa das ONGD e o co-financiamento do projecto, intitulado “Sensibilização para a Ajuda Humanitária e de Emergência”.

6. Projectos Municípios Portugueses

Foram verificados 77 projectos candidatos ao abrigo do Acordo de Parceiros assinado entre o IPAD e a ANMP e elaborada uma proposta de alteração das Regras e Critérios constantes do referido Acordo. No âmbito do apoio aos Municípios foram analisados 9 pedidos para diversas acções que não se concretizaram por falta de verba.

Meta 4 – Promover a coordenação interna nas intervenções em situações de Crise Humanitária.

Actividades previstas

Elaborar um Plano de Ajuda Humanitária e de Emergência e apoiar Projectos de Ajuda Humanitária de ONGD.

Actividades realizadas

1. Foi elaborado um **Plano de Acção Interinstitucional**, com definição de protocolos a celebrar com os diferentes actores estatais, de modo a assegurar a prestação de ajuda humanitária de forma coordenada e eficaz.
2. Foi ainda elaborado um **Plano de Aplicação dos Princípios e Boas Práticas do Doador Humanitário** no âmbito da iniciativa *Good Humanitarian Donorship*.
3. No quadro da **Ajuda Humanitária** foi prestado apoio tendo em conta as prioridades definidas e os apelos internacionais, designadamente das Nações Unidas (Quadro 7). Na esfera multilateral, Portugal contribuiu para o *CERF – Central Emergency Response Fund*, das Nações Unidas, com um montante de 200.000€.
4. O IPAD coordenou ainda a atribuição de ajuda humanitária Portuguesa ao Líbano através da disponibilização de um C-130 da Força Aérea Portuguesa, que efectuou o transporte de 40 toneladas de bens de primeira necessidade do Programa Alimentar Mundial desde o seu armazém em Brindisi (Itália) até Beirute.

Quadro 11 – Ajuda Humanitária prestada pelo IPAD em 2006 (€)

País/Região	Situação	Montante
Guiné-Bissau	Ajuda às vítimas do conflito no Norte do País	1.312
	Envio de material da ONGD Portuguesa Pro-Dignitate	5.957
	Organização Mundial de Saúde	44.000
Timor-Leste	Ajuda Humanitária na sequência dos distúrbios da ordem pública	14.007
	Apoio à intervenção da ONGD Portuguesa INDE na área da saúde	2.019
Sudão	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - Apoio às vítimas no Darfur	1.000.000
Sudeste Asiático	Ajuda às vítimas do Tsunami - Indonésia	1.500.000
	Ajuda às vítimas do Tsunami - Sri Lanka	959.276
	Ajuda às vítimas do Tsunami - Maldivas	300.000
	Ajuda às vítimas do Tsunami - Seicheles	150.000
	Ajuda às vítimas do Tsunami - Myanmar	50.000
	Ajuda às vítimas do Tsunami - Tailândia	140.472
	Ajuda às vítimas do Tsunami - Malásia	331.800
Total		4.498.843

Fonte:IPAD/SCAE

Meta 5 – Promover a coordenação internacional e a complementaridade bi-multi.

Actividades previstas

- ⇒ *Promover a Harmonização e o Alinhamento de Políticas, Práticas e Procedimentos;*
- ⇒ *Adoptar uma lógica comum entre as vertentes bilateral e multilateral;*
- ⇒ *Reforçar a presença portuguesa nas Organizações Internacionais no âmbito da APD;*
- ⇒ *Mobilizar meios financeiros para complementar as intervenções bilaterais, visando responder a problemas sectoriais específicos dos países parceiros.*

Actividades realizadas

1. Promover a Harmonização e o Alinhamento de Políticas, Práticas e Procedimentos

1. Plano de Acção de Portugal para a Harmonização e Alinhamento

Foi elaborada a actualização do *Plano de Acção de Portugal para a Harmonização e Alinhamento*, intitulada *Plano de Acção de Portugal para a Eficácia da Ajuda*. Este Plano visa responder ao compromisso de Portugal no sentido de uma transformação das práticas e procedimentos da ajuda externa, para que possa ser alcançada uma melhoria do impacto das suas actividades nos países parceiros.

O documento incorpora as medidas apresentadas no *Plano de Acção de Portugal para a Harmonização e o Alinhamento* e recorre ao novo documento de orientação estratégica da Cooperação Portuguesa: *Uma Visão Estratégica para Cooperação Portuguesa*.

Simultaneamente, traduz os compromissos assumidos por Portugal nos vários *fora internacionais*, nomeadamente na Cimeira do Milénio (2000), na Conferência de Monterrey e no Conselho Europeu de Barcelona (2002), no I HLF para a Harmonização e Alinhamento (2003), na Mesa Redonda de Marraquexe para uma Gestão para Resultados (2004) e no II HLF para a Harmonização e Alinhamento (2005).

Após aprovação em Conselho Directivo (Set.2006), o Plano foi difundido pelos vários intervenientes da Cooperação Portuguesa. O documento está também disponível em língua inglesa, tendo sido remetido ao CAD/OCDE e disponibilizado no *website* do IPAD.

2. Quadro Comum da UE para os Programas de Estratégia por País

Em Abril de 2006 foram concluídos os trabalhos de revisão do *Quadro Comum da UE para os Programas de Estratégia por País*, com vista a que este reflectisse apropriadamente as evoluções registadas a nível internacional, nos últimos anos, e promovesse a coordenação entre doadores e parceiros e a harmonização de práticas e procedimentos. Deste processo, resultou um novo formato de programação, que privilegia a programação multilateral conjunta, entre a UE, os Estados-Membros e outros doadores interessados.

A partir deste novo quadro de programação comunitário, o IPAD elaborou um novo documento orientador dos programas estratégicos por país da Cooperação Portuguesa, intitulado *Linhas de Orientação para os PIC 2007-2009*. Procura-se assim, harmonizar a política de programação portuguesa, com a política de programação comunitária, na linha dos compromissos internacionais assumidos por Portugal²⁴.

²⁴ Vide Objectivo 1, Meta 3.

3. Exercício Conjunto da União Europeia / Nações Unidas em Moçambique para a Harmonização e Alinhamento (Database Information System- DBIS)

Procedeu-se à recolha, tratamento final e envio dos dados dos projectos da cooperação portuguesa com Moçambique em 2005 e 2006 (execução até Setembro), para o responsável da DBIS em Maputo. O envio regular de informação sobre os projectos da Cooperação Portuguesa para a DBIS responde ao compromisso português de participação em mecanismos de harmonização, alinhamento e coordenação da ajuda.

4. Participação em iniciativas internacionais de harmonização, coordenação e complementaridade entre doadores

- ⇒ O IPAD participou no processo de definição do novo quadro de apoio da UE para Angola “*European Union Draft EU Road Map - Action Plan for Closer Co-ordination and Harmonisation among EU Donors in Angola*”, no âmbito da definição do *Country Strategy Paper* e Programa Indicativo Nacional 20089/13 da UE para aquele país;
- ⇒ Desenvolvimento, com a Delegação da Comissão Europeia (CE) em Luanda, de um trabalho de articulação/coordenação na área da Saúde para identificar e promover sinergias entre os dois programas, já com concretização ao nível da Saúde Pública;
- ⇒ Encontra-se em fase final de negociação, o envolvimento do IPAD no Projecto da Delegação da Comissão em Luanda para *Apoio ao Ensino Primário (PAEP)*, em parceria com outros parceiros europeus e com a CE;
- ⇒ Envolvimento no *Global Development Learning Network* do Banco Mundial através da criação de uma Rede Lusófona e, o co-financiamento de um Projecto de Captação de Água e Execução de Estruturas Envolventes para Abastecimento da População do Kuanza Sul (Angola) com o Governo Provincial do KS e a Facilidade da Água/COM²⁵.
- ⇒ Continuação do envolvimento do IPAD na II Fase do Projecto PIR PALOP II de *Apoio ao reforço do Sistema Judicial dos PALOP*;
- ⇒ O IPAD continua a participar, em coordenação com os organismos sectoriais, nas Reuniões de Peritos realizadas pela COM na área do *Desenvolvimento Social e Humano*, nomeadamente nas áreas da *Saúde, Género, Educação e Emprego*. Em 2006 o trabalho realizado teve como enquadramento as novas perspectivas financeiras e a nova Política de Desenvolvimento e a Comunicação *Investir nas Pessoas* que deverá ser entendida como um documento programático relativo à implementação de acções de cariz social e humano. A Comunicação define 3 principais prioridades: i) Saúde, Conhecimento e Capacidades; ii) Coesão social e emprego; iii) Igualdade de Género, Crianças e Juventude e Cultura.

²⁵ COM – Comissão Europeia.

- ⇒ O IPAD assegura ainda o acompanhamento das temáticas do Ambiente, enquadradas pela *Comissão para as Alterações Climáticas* (CAC). O IPAD esteve presente na 24.^a sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (Bona, Maio).
- ⇒ O IPAD participou nas reuniões da *Iniciativa Facilidade da Água*, promovendo uma difusão da informação relevante. O IPAD financiou a assistência técnica para formulação de uma proposta de projecto a beneficiar S. Tomé e Príncipe, cujo objectivo é apoiar o processo de reestruturação do Plano Nacional Hidrológico.

2. Adoptar uma lógica comum entre as vertentes bilateral e multilateral da Cooperação Portuguesa

1. Ajuda Humanitária e da Sociedade Civil

⇒ *União Europeia*

No âmbito da representação portuguesa nas instâncias europeias, foi assegurado o acompanhamento de todos os assuntos que dizem respeito à sociedade civil e ajuda humanitária, tendo sido assegurada a participação em nove reuniões do Comité de *Ajuda Humanitária do ECHO*, no sentido de definir as prioridades da intervenção humanitária da UE, assim como na iniciativa ***Princípios e Boas Práticas do Doador Humanitário***.

O IPAD assegurou a participação numa reunião de peritos do Comité de Co-financiamento de ONG e numa reunião do Comité de Co-financiamento de ONG, em Bruxelas. Foi ainda assegurada a participação no Seminário Pós-Palermo, relativo ao seguimento do financiamento às ONG europeias.

Será ainda de salientar a participação na Conferência Europeia de Educação para o Desenvolvimento, realizada em Helsínquia, sob a Presidência da UE da Finlândia, destinada a definir as bases de uma futura estratégia europeia neste domínio.

⇒ *Observação Eleitoral*

Em 2006, a Base de Dados dos Observadores Eleitorais foi alvo de reformulação e actualização.

No quadro da UE, foi efectuado o acompanhamento das iniciativas europeias neste domínio, tendo sido assegurada a participação na reunião de Pontos Focais europeus para a observação eleitoral, realizada em Malta. Procedeu-se ainda ao recrutamento e selecção de observadores eleitorais portugueses para 13 Missões de Observação Eleitoral (MOE), designadamente Haiti, Ilhas Fiji, México, Bolívia, República Democrática do Congo (1.^a e 2.^o volta), Líbano, Zâmbia, Nicarágua, Mauritânia, Indonésia, Venezuela e Bangladesh.

No âmbito da MOE da CPLP às eleições Legislativas e Presidenciais em S.Tomé e Príncipe (30 de Julho), foi também assegurado o recrutamento de observadores nacionais e o acompanhamento da missão.

No contexto da preparação das eleições em Timor-Leste, procedeu-se à pré-selecção de candidatos para integrarem a missão das Nações Unidas de prestação de assistência técnica às autoridades daquele país. No âmbito da OSCE, foi igualmente assegurada a participação de observadores portugueses na MOE à Bielorussia.

2. Comunidade de Países de Língua Portuguesa

- ⇒ Participação na 12ª Reunião de Pontos Focais (Fevereiro, Lisboa) na qual, entre outros assuntos, foi efectuada uma apresentação do documento da estratégia de cooperação portuguesa.
- ⇒ Colaboração com o Secretário executivo da CPLP na elaboração da estratégia de cooperação da CPLP no ano do seu 10º aniversário.
- ⇒ Apoio institucional e financeiro de algumas iniciativas como o *Seminário sobre Migração e Política de Desenvolvimento no Quadro da CPLP*; a *Conferência sobre o Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Mundo de Língua Portuguesa*; o *Seminário A CPLP como componente do Multilateralismo Eficaz* e o encontro *A Cooperação na Área da Inspeção do Trabalho nos Estados-Membros da CPLP*.
- ⇒ Participação na XIII Reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP (Julho, Bissau), enquadrada pela VII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP e pelas comemorações dos 10 anos de vida da CPLP.
- ⇒ No âmbito do apoio ao funcionamento dos Centros de Excelência em Administração Pública e Desenvolvimento Empresarial da CPLP, Portugal propôs que fosse estabelecida uma chave de repartição entre os Estados-Membros da CPLP, para o financiamento do montante remanescente, no valor de 174 mil USD, a juntar à verba disponibilizada pelo Brasil no valor de 326 mil dólares. Nesse sentido, foi autorizado um apoio financeiro de Portugal de 75 mil USD.
- ⇒ O IPAD financiou um assessor para acompanhamento de reuniões ministeriais sectoriais no Secretário Executivo da CPLP e celebrou um contrato com a CPLP para o recrutamento de um novo assessor de imprensa.
- ⇒ O IPAD financiou em 40 mil €, 5 bolsas de formação para altos funcionários dos países de língua oficial portuguesa para o Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP) – Edição Internacional, no âmbito do projecto de cooperação Ibero-americana IBERGOP. Este curso será ministrado no Instituto Nacional de Administração durante o ano de 2007.

3. União Europeia

⇒ Portugal, através do IPAD, continuou a assegurar a participação nos vários comités de financiamento. Em 2006, nos comités de *Segurança e Ajuda Alimentar* e dos *Direitos Humanos e Democracia*, os compromissos foram de cerca de 430 M€ e 135 M€, respectivamente. Relativamente ao comité PVDALA²⁶, foram aprovados projectos para diversos países de ambas as regiões, bem como os documentos de estratégia. Especificamente no que se refere ao comité do FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento) foram realizadas 9 reuniões tendo sido aprovadas propostas de financiamento de cerca de 3.975 M€ (o que constitui um máximo histórico da ajuda comunitária aos países ACP). De entre esses compromissos destaque-se, pela sua importância, a contribuição do FED para a Facilidade Energia UE-ACP (220 M€) e a constituição do *Trust Fund* Infraestruturas (60 M€). O Comité para além de ter discutido as linhas de orientação da programação e da tranche incitativa e os critérios de alocação de recursos para o 10º FED, aprovou ainda uma estratégia de cooperação (2006-2008) dotada de um envelope financeiro de 8 M€, para Timor-Leste (que passou a beneficiar da ajuda aos países ACP regulada pelo Acordo de Cotonou).

O IPAD esteve ainda envolvido nos seguintes processos:

- ⇒ Participação em reuniões de peritos, organizadas pela Comissão, sobre Governança, Cultura e Desenvolvimento, Migrações e Desenvolvimento, Coerência para o Desenvolvimento, Complementaridade e Divisão de Tarefas.
- ⇒ Preparação e participação nas 3 reuniões de Directores Gerais do Desenvolvimento onde foram abordadas, entre outras, as seguintes questões: Programação conjunta da UE; Financiamento do Desenvolvimento e Eficácia da Ajuda; Estratégia UE-África; Comércio e Desenvolvimento; Coerência; Migrações e Desenvolvimento; Negociações sobre Acordos de Parceria Económica ACP-CE; Papel da China em África.
- ⇒ Participação na discussão do pacote *Aid for Trade* no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Contributo para o CAGRE de Outubro: aprovação de Conclusões do Conselho sobre Ajuda ao Comércio na sequência da apresentação do relatório da *Task Force* Ajuda ao Comércio no âmbito da OMC.
- ⇒ Acompanhamento e participação no longo debate sobre os novos Instrumentos de Cooperação para o Desenvolvimento, no quadro da rubrica Relações Externas das Perspectivas Financeiras (2007-2013).

²⁶ PVDALA - Países em Vias de Desenvolvimento da América Latina e da Ásia.

⇒ Participação em eventos promovidos pela Presidência e/ou pela Comissão, bem como outras entidades, destacando-se:

- Seminário sobre a Eficácia da Ajuda.
- Seminário sobre a Coerência.
- Mesa Redonda sobre Segurança Alimentar e HIV/SIDA.
- Seminário Informal sobre Co-financiamentos.
- Fórum Euro-Latino-Americano sobre Multilateralismo Eficaz: Desafios Regionais e Globais.
- Seminário de alto Nível sobre Coesão Social na América Latina e Europa
- Seminário sobre Financiamento Inovador e Modalidades da Ajuda.
- Dias Europeus do Desenvolvimento (EDD – European Development Days)

4. Organismos e Mecanismos Multilaterais

Nações Unidas:

⇒ PNUD

Procedeu-se à implementação do Acordo de Parceria entre Portugal e o PNUD, através do financiamento de acções de cariz bi-multi através dos recursos financeiros junto do *Trust Fund* sobre Governança Democrática. Essas acções foram o financiamento dos Projectos *Apoio à Capacitação do Gabinete do Presidente da República em Timor-Leste*, no valor de 250 mil USD, *Consolidação da Democracia através do Apoio às Eleições e do reforço do Corpo Eleitoral em S.Tomé e Príncipe*, no valor de 200 mil USD e tradução e publicação da versão portuguesa do relatório do Desenvolvimento Humano no montante de 50 mil USD. Simultaneamente, realizou-se o processo de selecção de três jovens portugueses para desenvolverem funções de JPO em Luanda, Bissau e Dili, a partir do início de 2007 e pelo período de um ano.

⇒ UNESCO

Procedeu-se, via Fundo em Depósito Português, ao financiamento da contratação de um perito português para supervisionar a reconstrução da Fortaleza de São Sebastião, no montante de 102.900 USD. Ainda deste Fundo, o IPAD autorizou o financiamento de 123.150 USD para o projecto *Educação vocacional e oportunidades de Emprego para Mulheres e Jovens em Moçambique*.

3. **Reforçar a presença portuguesa nas Organizações Internacionais no âmbito da APD.**

1. Participar activa e inteligentemente no sistema multilateral da cooperação para o desenvolvimento.

1.1. Participar nos grandes debates internacionais

1.1.1. União Europeia:

Na sequência da assinatura do *Acordo de Cotonou Revisto* e da Decisão do Conselho Europeu de Dez.2005 acerca do respectivo envelope financeiro, o IPAD participou activamente nas discussões processadas, no âmbito do Conselho, acerca:

- Do Acordo Interno sobre as medidas e os procedimentos a adoptar para a execução do Acordo de Cotonou Revisto – assinado pelos Estados-Membros em 10 de Abril;
- Do Protocolo financeiro a anexar ao Acordo Cotonou Revisto – acordado com o lado ACP na 31ª Sessão do Conselho de Ministros ACP-CE (Junho, Papua Nova Guiné);
- Do Acordo Interno Financeiro sobre a gestão da ajuda concedida pela Comunidade no âmbito do 10º FED – a ser entretanto assinado e ratificado pelos Estados-Membros;
- Da preparação do processo de Programação do 10º FED – iniciado em Fevereiro de 2006 e que deverá ser concluído até ao segundo semestre de 2007.

⇒ No que toca às **relações da UE África**, destaca-se a participação na discussão da implementação da *Estratégia UE para África* e da concepção e financiamento futuro da *Facilidade de Paz para África*, com base nos resultados da avaliação a meio percurso deste mecanismo, apresentada pela Comissão. O IPAD acompanhou o processo de seguimento da Cimeira, a realizar em Lisboa, no 2º semestre de 2007.

⇒ O IPAD acompanhou a discussão acerca da Estratégia da UE para as Caraíbas (aprovada pelo CAGRE de Abril) e da Estratégia da UE para o Pacífico.

⇒ No quadro do diálogo político regular ACP-CE, realizou-se a *31ª Sessão do Conselho de Ministros ACP-CE* (Junho, Papua Nova Guiné), no qual o IPAD participou, bem como as 11ª e 12ª Sessões da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-CE (Viena, Junho e Bridgtown, Novembro).

⇒ O IPAD contribuiu para a preparação da participação portuguesa na Conferência Consultiva da SADC (Abril, Namíbia), que resultou na aprovação de uma declaração acerca dos objectivos, princípios, áreas prioritárias e estruturas de diálogo que deverão reger o relacionamento da organização com os parceiros internacionais.

⇒ O IPAD assinou um Quinto Acordo de Colaboração com o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI) e com o *European Centre for Development Policy Management* (EDPCM), para vigorar em 2006-2007. O compromisso financeiro assumido pelo IPAD foi de 162.000€, repartido em duas contribuições anuais de 81.000€. O Quinto Acordo prevê o desenvolvimento de novas actividades orientadas para o apoio ao IPAD no contexto da preparação e condução da Presidência Portuguesa da UE no 2º semestre de 2007.

1.1.2. No quadro dos organismos e mecanismos multilaterais

Nações Unidas:

- ⇒ Procedeu-se à elaboração do relatório de Portugal relativo à implementação do *Programa de Acção para os Países Menos Avançados (PMA)*. Como parte do processo de preparação da Revisão a Meio-termo da Implementação do Plano de Acção 2001-2010, Portugal participou na reunião *ad-hoc* de peritos (Maio, Genebra), onde foi apresentado um estudo sobre Cabo Verde. Esteve também presente na Reunião de Alto Nível de Revisão a Meio Termo (Setembro, Nova-Iorque).
- ⇒ O IPAD participou na Reunião do Conselho Consultivo PNUD/FNUAP (Junho, Genebra) no qual foram aprovados os programas do PNUD e do FNUAP para Moçambique e S. Tomé e Príncipe.
- ⇒ Portugal participou no Encontro de Altos Funcionários sobre Coerência do Sistema das Nações Unidas (Novembro, Helsínquia) para debate sobre a posição preliminar da UE relativamente às recomendações propostas no Relatório do Painel de Alto Nível sobre *System Wide Coherence* nas áreas desenvolvimento, assistência humanitária e ambiente.

Fundo Global de Luta contra a Sida, Tuberculose e Malária:

- ⇒ O IPAD participou na 13ª Reunião do Conselho de Administração (Abril, Genebra), onde foi aprovado o lançamento da Ronda 6 para que os países em desenvolvimento possam submeter propostas para financiamentos de projectos nesta área.
- ⇒ Portugal participou na 14ª Reunião do Conselho de Administração do Fundo (Cidade da Guatemala, 30Out.-3Nov.), na qual foi aprovada a 2ª Reconstituição Voluntária de Fundos para um período de 3 anos (2008-2010), compromissos que os doadores vão discutir em duas reuniões, a realizar em Março e em Setembro de 2007.

CAD/OCDE:

- ⇒ O IPAD participou em duas reuniões do Comité, habitualmente asseguradas pela Missão de Portugal junto da OCDE. Dada a falta de recursos humanos aliada à sobreposição de reuniões de vários Comités da OCDE, o IPAD assegurou a representação de Portugal na 845ª Reunião (Janeiro) e na 847ª (Março).
- ⇒ Procedeu-se à preparação, em parceria com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do território e do Desenvolvimento Regional, da participação de Portugal na Reunião Ministerial Conjunta do Comité de Políticas do Ambiente (EPOC) e Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (Abril, Paris). Nesta reunião foram aprovados dois

documentos: *Um Quadro de Acção Comum* e uma *Declaração sobre a Integração das alterações Climáticas na Cooperação para o Desenvolvimento*.

- ⇒ O IPAD assegurou a representação na Reunião de Alto Nível no CAD (Abril, Paris), tendo a Sra. Presidente do IPAD chefiado a Delegação Nacional. Entre as principais questões abordadas destacam-se a nova arquitectura da Ajuda Internacional, os Estados Frágeis e o *Scaling Up* da Ajuda ao Desenvolvimento.
- ⇒ O IPAD participou ainda na reunião do Grupo de Trabalho sobre a *Prevenção de Conflitos e a Cooperação para o Desenvolvimento* (Fevereiro, Paris). As principais questões debatidas centraram-se na revisão a meio percurso do Programa de Trabalho 2005-2006 da rede sobre a Reforma do Sector de Segurança, as áreas prioritárias para 2007-2008 e discussão sobre o trabalho da *Peace Building Commission* das NU.
- ⇒ O IPAD, participou na reunião conjunta dos grupos de trabalho Estados Frágeis (7ª reunião) e Prevenção de Conflitos, Paz e Segurança (10ª Reunião) em Outubro. As principais questões debatidas centraram-se em torno de: relatório final *Whole Government Approaches*, nos Estados Frágeis (EF); resultados e recomendações do relatório preliminar do exercício-piloto sobre os princípios para uma intervenção internacional eficaz nos EF e a futura implementação do programa de acção; capacidade institucional; distribuição da ajuda nos EF; alocação de fundos aos EF; colaboração entre o CAD e a *Peacebuilding Commission* das Nações Unidas; Early warning, preventive action and collective response; Revisão e aprovação do programa de trabalho para 2007-2008.
- ⇒ O IPAD assegurou a representação nacional na Reunião de Altos Funcionários do CAD/ OCDE (Dezembro, Paris). As principais questões abordadas foram: o aumento da ajuda ao desenvolvimento e desafios relacionados; implementação da Declaração de Paris; os desafios da reforma do sistema de segurança; uma agenda para uma acção colectiva contra a corrupção.
- ⇒ O IPAD participou no *Fórum Global de Desenvolvimento* (Dezembro, Paris), que antecedeu a reunião de Altos Funcionários do CAD/OCDE, tendo versado sobre a Eficácia da Ajuda no sector da Saúde e os Programas Globais e a Agenda de Paris.

Centro de Desenvolvimento da OCDE (CD/OCDE):

- ⇒ Acompanhamento das discussões no seio do CD/OCDE, destacando-se o Programa de Trabalho para o biénio 2007/2008.
- ⇒ O IPAD organizou a sessão de apresentação da versão portuguesa da publicação *Perspectivas Económicas em África (African Economic Outlook)* a 19 de Outubro, na Fundação Cidade de Lisboa, que contou com a presença da Directora do Centro de Desenvolvimento da OCDE e de SEXA o SENEK e a Direcção do IPAD, e cuja

tradução foi financiada através da contribuição voluntária para o Centro de Desenvolvimento da OCDE.

- ⇒ Coordenou, ainda, o lançamento da publicação *Perspectivas Económicas em Africa* (African Economic Outlook) em Angola (7 Nov.) e Moçambique (13 Nov.), juntamente com as representações diplomáticas portuguesas nestes países e o Centro de Desenvolvimento do CAD.

Ibero-Americana:

- ⇒ Sob a Presidência do Uruguai, realizou-se, em Abril, a primeira de três reuniões, nas quais o IPAD participou na qualidade de ponto focal da Cooperação Portuguesa.
- ⇒ 2006 teve como tema central da *Cimeira Anual as Migrações e o Desenvolvimento* e foi marcado pela preparação e aprovação do novo *Manual Operativo do Convénio de Bariloche* e pela racionalização dos programas de cooperação, permitindo uma optimização e redução do seu número.
- ⇒ O IPAD participou na I Reunião de Responsáveis de Cooperação Ibero-Americana, preparatória da Cimeira Anual de Chefes de Estado e de Governo (Abril, Punta del Leste – Uruguai).
- ⇒ Portugal aproveitou a II Reunião de Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana para anunciar a concessão através do IPAD, de 15 bolsas de formação para altos funcionários dos países ibero-americanos, no âmbito do Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP) – edição internacional a ser ministrado no Instituto Nacional de Administração, no valor de 100.000 Euros.
- ⇒ O Instituto preparou a participação da Embaixada Portuguesa em Lima na XXVª Reunião do Conselho Directivo do *Fundo Indígena*, que incidiu sobre:
 - a criação da Universidade Indígena Inter Cultural;
 - a articulação com os programas nacionais de educação dos países beneficiários;
 - a discussão do Plano Operativo 2006;
 - a avaliação relativa à Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB);
 - as perspectivas que se abrem na nova etapa da Comunidade Ibero-americana, e;

1.1.3. Parcerias com África:

Como ponto focal para a **Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD)**, o IPAD continuou a acompanhar o seu processo de concretização em todas as instâncias competentes (UE, NU, CAD/OCDE) e a contribuir para a preparação da participação portuguesa no *Fórum de Parceria com África (APF)*, reunindo os Representantes Pessoais do G8/NEPAD e de outros parceiros do desenvolvimento Africano. Em 2006, o APF reuniu

duas vezes, em Maputo (4-5 de Maio) e Moscovo (25-26 de Outubro). Foi ainda estabelecida uma *Unidade de Apoio ao APF*, junto da OCDE, encarregue da preparação e seguimento das reuniões do Fórum, em colaboração com o Secretariado da NEPAD. Portugal, através do IPAD, contribuiu financeiramente com 150.000 €, para o período de 3 anos de funcionamento dessa Unidade, cujo financiamento é integralmente assegurado por contribuições voluntárias dos doadores representados do APF.

4. Mobilizar meios financeiros para complementar e potenciar as intervenções bilaterais, de forma a responder a problemas sectoriais específicos dos países parceiros.

1. No quadro dos organismos e mecanismos multilaterais:

PNUD:

- ⇒ Financiamento do segundo ano da JPO Portuguesa em funções nos escritórios do PNUD em Luanda – Angola no montante de 139 mil USD. Não se procedeu à renovação do segundo ano de contrato do JPO em Maputo dado o mesmo não ter manifestado interesse continuar a trabalhar em Maputo.
- ⇒ Reposição do *Trust Fund* junto do PNUD no montante de 500.000 USD.
- ⇒ Pagamento de parte da contribuição voluntária para o PNUD de 600.000 USD.

UNESCO:

- ⇒ Reposição do fundo em depósito junto desta Instituição no montante de 226.050 USD.

Ao nível da União Latina:

- ⇒ Pagamento de 4.872 USD relativos à quota de Timor-Leste para a União Latina.

Centro de Desenvolvimento da OCDE (CD/OCDE):

- ⇒ Desembolso da contribuição voluntária de 50 mil € para o CD/OCDE, destinada sobretudo à tradução e publicação do *African Economic Outlook*.

ACNUR:

Foi autorizado o prolongamento do contrato da JPO Portuguesa em funções nos escritórios do ACNUR em Maputo no montante de 118.800 USD.

Cimeira Ibero Americana:

- ⇒ Programa do Fundo Indígena: do qual Portugal é membro do Conselho Directivo no período 2004-2006, foi efectuada a transferência de 100 mil USD, correspondente à tranche anual do compromisso assumido por Portugal, no valor de 500 mil USD.

IIDEA:

- ⇒ Foi proposto o pagamento da contribuição voluntária de 2006 no valor de 75 mil USD.

5. Reforçar a política de Informação e Comunicação.

A melhoria da capacidade de informação e comunicação é o primeiro passo em prol da sensibilização e educação da opinião pública para as questões do desenvolvimento, desempenhando o IPAD um importante papel neste contexto. Um público informado e atento é um público mais apoiante e defensor da causa da ajuda ao desenvolvimento.

Meta 1 – Promover a Educação para o Desenvolvimento (ED).

Actividades previstas

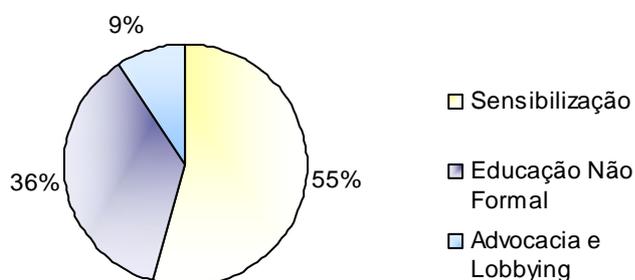
Dinamizar a ED; Apoiar Projectos de ED de ONGD e, a nível internacional, assegurar a participação nos encontros do Grupo GENE – Global Education Network Europe.

Actividades realizadas

1. Linha de Financiamento para Projectos de ED das ONGD

Reconhecendo a extrema importância que o papel da (ED) assume na adopção de uma estratégia que permita produzir os efeitos desejados na sensibilização da população portuguesa para as questões do desenvolvimento, foi assumido com a Plataforma Portuguesa das ONGD, a criação de uma linha de financiamento própria para apoio a projectos nesta área, tendo decorrido em 2006 a candidatura a projectos desta natureza. No âmbito desta candidatura, dos 70 projectos apresentados, foram aprovados 11 projectos, de 8 ONGD, no valor global de 597.477 €.

Gráfico 3 - Sectores de intervenção dos projectos de ED em 2006 (%)



No contexto da análise e acompanhamento técnico dos projectos de ED, foi reformulado o *Manual de Procedimentos*, tendo sido introduzidos uma Grelha de Análise de Projectos e um Guia de Monitorização de Projectos de ONGD.

2. Rede Global Education Network Europe (GENE)

O GENE é uma iniciativa promovida pelo Centro Norte-Sul do Conselho da Europa (com sede em Lisboa), que consiste numa rede que inclui representantes de 15 Estados europeus, tendo por propósito a criação de sinergias e de intercâmbio de experiências e boas práticas em matéria de ED e de Educação Global.

O IPAD foi convidado a participar nesta rede, devendo, em conjunto com o CIDAC, assumir a representação portuguesa. Neste contexto, foi assegurada a participação do IPAD nas reuniões que tiveram lugar em Estrasburgo (Março), Viena (Junho) e em Amesterdão (Novembro).

Foi ainda acordada a realização de um processo de intercâmbio Portugal-Áustria, tendo por objectivo a capacitação de entidades portuguesas no domínio da ED e que se traduziu já na realização de um primeiro encontro em Lisboa, em 6-8 de Novembro, estando previsto um segundo encontro em Março de 2007, em Viena, e um terceiro encontro em Maio em Lisboa, que deverá incluir os actores portugueses na área da ED.

3. O IPAD fez-se igualmente representar na Conferência sobre ED, em Helsínquia.

4. Através do seu Centro de Documentação e Informação o IPAD também promoveu, definiu e participou nas seguintes actividades no âmbito da ED:

⇒ Feira do Livro de Lisboa, tendo acolhido no seu pavilhão o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Cabo Verde.

⇒ Conferência do Instituto Nacional de Administração com um *stand* e organização de duas acções de formação na biblioteca, subordinadas a temática de cooperação para o desenvolvimento;

⇒ Apresentação do documento *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*.

Meta 2 – Melhorar a qualidade informativa do *website* do IPAD

O IPAD continua a trabalhar no sentido de definir clara e eficazmente a sua estratégia de informação, tendo melhorado a divulgação sistemática das suas actividades, nomeadamente através do *website* do IPAD e da resposta atempada às questões colocadas no correio electrónico da Cooperação Portuguesa.

Actividades previstas

⇒ *Disseminar informação sobre as actividades do IPAD em geral, sobre os países parceiros, sobre APD, ODM e Harmonização e Alinhamento, em particular. Assim como, manter maior aproximação e inter-actividade com a Sociedade Civil.*

⇒ Manter a informação actualizada e tratá-la de forma perceptível, visualmente apelativa e acessível ao grande público.

Actividades realizadas

1. Foi concebida e produzida a *E-Newsletter* mensal do IPAD. O primeiro número foi publicado em Maio.
2. Foi reformulada a página inicial do *website* e procedeu-se à actualização regular de conteúdos, sobretudo ao nível da informação relacionada com:
 - ⇒ Sociedade Civil, Ajuda Humanitária e Observação Eleitoral, de forma a tornar mais apelativa e perceptível a consulta. Simultaneamente, foi assegurada a interactividade com o público em geral pela manutenção das caixas de correio a partir das quais se respondiam às questões colocadas sobre estas matérias.
 - ⇒ Estatística sobre a APD destinada aos principais países parceiros, através de um conjunto de quadros gráficos mais apelativos.
 - ⇒ As actividades do IPAD, através da publicação no *website* do Relatório de Actividades de 2005 e do Plano de Actividades de 2006.
 - ⇒ As actividades da Cooperação Portuguesa, através da publicação no *website* do Memorando da Cooperação de 2005 e da criação de uma área especificamente dedicada ao Programa Orçamental da Cooperação – PO05;
 - ⇒ A implementação dos programas e projectos em curso, enquadramento sectorial ou geográfico;
 - ⇒ Abertura de vagas para assistência técnica no âmbito bilateral e multilateral directa ou indirectamente relacionada com os programas bilaterais em curso.

6. Proceder à reestruturação da orgânica do IPAD.

A reestruturação da orgânica do IPAD tem como primados racionalizar a gestão do ciclo do projecto, gerir eficazmente a infraestrutura tecnológica e dar um novo impulso à política de informação e comunicação.

Meta 1 – Facilitar a gestão do ciclo do projecto

Actividades previstas

- ⇒ *Estruturar o funcionamento das Direcções de Serviços de carácter bilateral por país/zona geográfica.*
- ⇒ *Ao nível das Divisões de Agentes da Cooperação e Bolsas, reorganizar e reforçar as equipas de forma a abordar as duas fases do ciclo do projecto - análise e acompanhamento qualitativo e financeiro.*
- ⇒ *Adequar o perfil das equipas que analisam e acompanham os projectos, nos aspectos qualitativos, administrativos e financeiros.*

Actividades realizadas

1. O IPAD procedeu à redefinição da organização dos serviços, processo que começou a ser implementado no final de 2005. Essa redefinição incidiu nas Direcções de Serviços Bilateral I e Bilateral II. Obedecendo à coerência de gestão integrada do ciclo do projecto, cada Direcção organizou-se numa lógica geográfica, permitindo que, para cada país beneficiário, estejam associadas a análise e o acompanhamento dos projectos e programas de cooperação. Esta lógica estendeu-se às equipas das Divisões de Agentes da Cooperação e Bolsas.
2. No sentido de implementar uma gestão mais eficaz da infra-estrutura tecnológica e de impulsionar a política de informação e comunicação do IPAD, o Centro de Informática passou à dependência directa do Conselho Directivo do Instituto.
3. A partir do segundo semestre, a Direcção de Serviços de Planeamento e Programação passou a estar na dependência directa do Presidente do Instituto.

Meta 2 – Gestão eficaz da infra-estrutura tecnológica

Actividades previstas

- ⇒ *Smartdocs*: Criar diversos perfis; criar e implementar o workflow que permita a circulação electrónica dos documentos e processos e o despacho electrónico.
- ⇒ *Intranet*: Alterar a estrutura de arquivo dos conteúdos (substituição de ficheiros por uma Base de Dados); dar acesso interno à consulta da DocBase (CDI); dar acesso interno à matriz de consulta da BD da Cooperação Portuguesa (PFP).
- ⇒ *Minimal*: desenvolver novas funcionalidades, sobretudo nas Bolsas e Cooperantes.
- ⇒ *Gestão da rede*: garantir a Segurança Informática e estabilização da rede; exploração de Sistemas; implementação de solução robótica para a salvaguarda de informação (backups); upgrade do circuito dedicado à Braamcamp; novo circuito de ligação ao Instituto de Informática.
- ⇒ *Formação interna aos utilizadores*.

Actividades realizadas

1. SmartDocs – Criação, testes e disponibilização na aplicação dos seguintes perfis:
 - ⇒ Faxes, *Helpdesk*, Justificação de Ausências, Justificação de Faltas, Nota, Telegrama Expedido, Nota Embaixada e Ficha de Gestão do Parque Informático;
 - ⇒ Actualização do Manual, disponível na *Intranet*, de utilização dos novos perfis;
 - ⇒ Acompanhamento e *helpdesk* aos utilizadores do *SmartDocs*. Formação em pequenos grupos e/ou individual;
 - ⇒ Encaminhamento dos documentos entrados para as várias Direcções de Serviço, através do *SmartDocs*, com o objectivo de serem criados os respectivos processos.
2. Intranet: Actualização diária dos conteúdos.
3. Minimal: Desenvolvimento de novas funcionalidades na aplicação. O módulo de *Cooperantes* passou a ser acedido pela Divisão de Cooperantes, para registo, controlo e gestão das fichas biográficas dos cooperantes.
4. Canal do IPAD: Desenho, desenvolvimento e implementação do *Canal do IPAD*.
5. Gestão da Rede:
 - ⇒ Conclusão da migração dos PCs do Sistema Operativo Windows 2000 para o Windows XP. Actualização do Office 2000 para o Office 2003.
 - ⇒ Configuração nos PCs da assinatura individual de cada utilizador, no Outlook.
 - ⇒ Criação de uma ligação segura ao *webmail*.
 - ⇒ Conclusão do *upgrade* do circuito digital dedicado que liga a sede às instalações da Braamcamp. Passou de 192 Kbps para 512 Kbps.
 - ⇒ Foi criada uma nova ligação IPAD-CIFRA através de VPN - *Virtual Private Network*.
6. Formação: Sete acções de Formação em *Excel Básico* a 45 colaboradores do IPAD.

Meta 3 – Melhorar a visibilidade do IPAD e da Cooperação Portuguesa, através do relançamento da política de informação e comunicação.

O IPAD dispõe de um *Centro de Documentação e Informação* (CDI) que sofreu uma profunda remodelação no final de 2005, de forma a adoptá-lo a uma estratégia de comunicação mais eficaz. Foi aberto um novo espaço para biblioteca e atendimento a leitores e criado um novo conceito: a **Loja da Cooperação**, tendo sido definidas actividades em função dos dois espaços. Em 2006, o CDI consolidou a sua existência, ganhando maior visibilidade dentro e fora do IPAD. Através do CDI, o IPAD está agora representado nas reuniões internacionais sobre Informação para o Desenvolvimento, no âmbito a UE e do CAD/OCDE.

Actividades previstas

Melhorar a actividade do Centro de Documentação e Informação (CDI), através da Consolidação a acessibilidade à Biblioteca; da melhoria do acesso ao Arquivo Histórico e organização do arquivo corrente; da prestação de informação de qualidade e melhoria da visibilidade do IPAD; e da implementação do Regulamento de Apoio à Edição e definição das regras para edição própria.

Actividades realizadas

1. Consolidar a Acessibilidade à Biblioteca:

- ⇒ Efectuada a catalogação e actualização dos fundos bibliográficos;
- ⇒ Implementado o cartão do utente e o sistema interno de empréstimo.
- ⇒ Não foi possível garantir a divulgação do serviço de biblioteca através da disponibilização do catálogo na *Intranet* e na *Internet*, por não terem sido instaladas as respectivas licenças de software.

2. Melhorar a Acessibilidade ao Arquivo Histórico e apoiar a organização do arquivo corrente:

- ⇒ Foi concluído e enviado para aprovação o projecto de portaria de organização do arquivo intermédio e corrente do IPAD;
- ⇒ Foram promovidos os contactos com as entidades detentoras de arquivo histórico ultramarino (Gulbenkian, Torre do Tombo, entre outras) e avaliado o arquivo para ser tratado no âmbito de um projecto conjunto a desenvolver, cuja comunicação oficial se aguarda.

3. Dinamização do funcionamento da Loja da Cooperação: através da melhoria da qualidade de informação prestada ao público, nomeadamente aos agentes da cooperação e aos bolseiros.

4. Fomentar a informação e melhorar a visibilidade do IPAD

- ⇒ Criação, em parceria com o CINF, do *Canal IPAD* e elaborado e divulgado um *Manual de Normas da Imagem da Cooperação Portuguesa*;
- ⇒ Disseminada a informação da Cooperação Portuguesa e promovida a imagem do IPAD junto dos países parceiros e outros doadores, nomeadamente através da concepção de um CD contendo o *Manual de Normas sobre Imagem*, de produção de material promocional, de *merchandising* e de CD com documentos do IPAD em português e inglês, amplamente distribuído;
- ⇒ Participação do IPAD nas diversas reuniões internacionais UE e OCDE no âmbito da informação para o desenvolvimento, tendo sido iniciados os trabalhos de preparação da reunião do DAC/HOI a realizar em Lisboa durante a Presidência Portuguesa da UE;
- ⇒ Participação de Portugal nos *European Development Days* (EDD) (Novembro, Bruxelas) evento com o alto patrocínio do Presidente da Comissão Europeia e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, onde foram divulgados os casos de sucesso da Cooperação Portuguesa através da criação de um canal específico em língua inglesa e igualmente promovida a imagem da Cooperação Portuguesa e do IPAD a partir do *stand* e do material de divulgação distribuído;

5. Implementar o programa de apoio à edição e definir as regras de edição própria.

- ⇒ Foi lançado e concluído o *Primeiro Concurso de Apoio à Edição da Cooperação Portuguesa*. Foram apoiadas oito obras num total de 13.504 €;
- ⇒ O IPAD garantiu ainda a edição e/ou tradução de quatro obras, incluindo *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*.

7. Aumentar o grau de execução financeira dos programas.

A capacidade de execução financeira do IPAD passa por maximizar a utilização dos seus recursos, através da agilização dos mecanismos internos de controlo e verificação das despesas efectuadas, recorrendo, quando necessário, à auditoria externa.

Meta 1 – Consolidar a fiabilidade de informação financeira e patrimonial e aperfeiçoar os mecanismos de controlo interno.

Actividades previstas

- ⇒ Consolidar a implementação da *Classificação Económica das Despesas Públicas*, dos *Centros de Custo por Projecto* e do *Registo de Compromisso*, visando aumentar o grau de fiabilidade da informação financeira disponibilizada pela *Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP)*;
- ⇒ Actualizar o inventário do património do IPAD nos PALOP e em Timor- Leste;
- ⇒ Racionalizar a aquisição e gestão de bens e serviços.
- ⇒ Fazer o levantamento de informação para a implementação do *POCP* no IPAD.
- ⇒ Operacionalizar o Protocolo assinado entre o IPAD e OROC (*Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*), em Dezembro de 2005, para implementação de auditorias sistemáticas e verificação dos comprovativos de despesa.

Actividades realizadas

1. No âmbito da consolidação da implementação da **Classificação Económica das Despesas Públicas**, dos **Centros de Custo por Projecto** e do **Registo de Compromisso**, com o objectivo de se a aumentar o grau de fiabilidade da informação financeira disponibilizada, verificaram-se as seguintes actividades:
 - ⇒ Consolidada a aplicação do princípio orçamental da «especificação da despesa», que permitiu abolir definitivamente, na proposta de orçamento do IPAD para 2007, a rubrica residual «06.02.03. Outras despesas correntes». Para o efeito foram elaboradas 60 alterações orçamentais referentes ao orçamento de funcionamento e PIDDAC;
 - ⇒ Promovido o aperfeiçoamento dos cabimentos, compromissos e pagamentos, designadamente, através acções de formação *on job*;
 - ⇒ Implementada a «informação mensal para a gestão», através da qual é disponibilizada periodicamente informação orçamental relevante.
2. Não existiram condições para o início da **implementação do POCP**.

3. Sobre a **inventariação do património do IPAD** nos PALOP e Timor-Leste foram:
- ⇒ Inventariados e integrados no património do IPAD todos os bens da Cooperação Portuguesa existentes na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, através de missões realizadas em Junho e Julho;
 - ⇒ Garantida a actualização dos inventários de Moçambique, S.Tomé e Timor-Leste, bem como do património em Portugal, e lançados todos os «abates» autorizados.
4. De modo a obter vantagens económicas para o IPAD promoveu-se a **racionalização da aquisição e gestão de bens e serviços**. Foram revistos e renegociados todos os contratos de aquisição de bens e serviços em vigor, à excepção dos relativos a seguros e a deslocações, o que permitiu alcançar uma poupança de encargos superior a 200.000€ ano.
5. Execução Orçamental:

O orçamento inicial do IPAD para 2006 foi de cerca 46,9 M€, distribuído por três actividades:

Quadro 12 – Orçamento inicial do IPAD 2006 (€)

Euros

Actividades	Orç.inicial	Orç.Corrigido	Execução	Taxa
Cooperação Internacional	39.313.185	37.744.081	37.332.036	99%
Assistência Humanitária	1.000.000	4.653.370	4.652.823	100%
Funcionamento	6.549.192	5.962.350	5.552.655	93%
Total	46.862.377	48.359.801	47.537.515	98%

Fonte: ADMIN/IPAD - Balancetes Minimal e SIC

A taxa execução orçamental foi de 98,3% no orçamento de funcionamento e de 86,9% no PIDDAC.

Quadro 13 - Execução do Orçamento de Funcionamento

Euros

Orçamento de funcionamento (1)				
Actividades	Orç.inicial	Orç.Corrigido	Execução	Taxa
Cooperação Internacional	39.313.185	37.744.081	37.332.036	99%
Assistência Humanitária	1.000.000	4.653.370	4.652.823	100%
Funcionamento	6.549.192	5.962.350	5.552.655	93%
Total	46.862.377	48.359.801	47.537.515	98%

Fonte: ADMIN/IPAD - Balancetes Minimal e SIC

Data: 31-12-2006

Quadro 14 - Execução do PIDDAC

Euros

PIDDAC (2)				
Programas	Orç.inicial	Orç.Corrigido	Execução	Taxa
P5-Cooperação p/ Des.	4.580.000	4.281.716	3.824.358	89%
P6-Cons.Rem.Eq.Instal.	420.000	283.035	142.529	50%
Total	5.000.000	4.564.751	3.966.887	87%

Fonte: ADMIN/IPAD - Balancetes Minimal e SIC

Data: 31-12-2006

Quadro 15 - Execução do Orçamento Total

Euros

Orçamento Total (1+2)				
Programas	Orç.inicial	Orç.Corrigido	Execução	Taxa
Orçamento Total	51.862.377	52.924.552	51.504.402	97%

Fonte: ADMIN/IPAD - Balançetes Minimal e SIC

Data: 31-12-2006

A elevada taxa de execução deve-se, em grande parte, ao facto de não ter sido autorizada a afectação à despesa da quase totalidade dos saldos transitados da gerência de 2005. No entanto, é de notar que têm vindo a consolidar-se melhorias internas, quer ao nível do acompanhamento da execução dos projectos, quer ao nível dos serviços financeiros, com reflexos muitos positivos no aumento das taxas de execução orçamental do IPAD. Assim, a evolução registada nas taxas de execução do orçamento de funcionamento nos últimos três anos é a seguinte: em 2004, 44.6 %, em 2005, 48.2% e em 2006, 98.3 %.

No exercício ora findo verificou-se igualmente uma alteração substancial do peso de cada uma das fontes de financiamento. Do montante transitado de 2005, 54.905.721.69 €, apenas foi autorizada a afectação à despesa de 6.739.186 €, o que reduziu o peso da fonte de financiamento 123 para 14% contra 85% do financiamento através das receitas gerais do OE.

Quadro 16 - Orçamento Corrigido por Fonte de Financiamento

Código	Descrição	Montante	% Total
FF 110	Receitas Gerais OE	41.301.474	85%
FF 123	Rec.Transição de Saldos	6.739.186	14%
FF 230	FSE	55.767	1%
FF 260	Outros U.E.	263.374	
Total		48.359.801	100%

Fonte: ADMIN/IPAD

Meta 2 – Revisão dos Quadros Normativos relativos ao Apoio à Sociedade Civil.

Actividades previstas

- ⇒ Proceder às adaptações necessárias às regras e às normas em vigor para projectos de ONGD, bem como, o enquadramento normativo acordado com a ANMP.
- ⇒ Para maior transparência do processo de decisão e correspondente aceitação dos resultados por parte das ONGD, deverá retomar-se a prática de apresentação pública destes.
- ⇒ Elaborar um manual de procedimentos relativo à apresentação das contas.

Actividades realizadas

1. Plataforma Portuguesa das ONGD

Tendo sido estabelecido, no âmbito de um Protocolo assinado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma, uma regular colaboração institucional, foram realizadas quatro reuniões que se revelaram da maior importância na enumeração de medidas a tomar para o bom desempenho da Sociedade Civil, tais como: *Lei de Registo das ONGD, Estatuto do Mecenato, Regras de Projectos de Emergência, adaptação das Regras de Projectos de Desenvolvimento e Projectos de Educação para o Desenvolvimento.*

Refira-se que, à semelhança de anos anteriores e no quadro do Protocolo MNE/Plataforma, foi ainda atribuído um apoio financeiro, no valor de 39 mil euros, tendo em vista o reforço da sua capacidade institucional.

8. Iniciar uma política de valorização dos recursos humanos.

A valorização dos recursos humanos existentes promove-se através de um melhor aproveitamento dos mesmos, incentivando a formação profissional e garantindo a implementação transparente do sistema de avaliação de desempenho.

Meta – Promover a promoção na carreira de acordo com mérito e os objectivos alcançados e a formação profissional adequada aos perfis profissionais.

Actividades previstas

- ⇒ Executar o Plano de Formação do IPAD, designadamente na componente Programa Operacional da Administração Pública (POAP);
- ⇒ Garantir a plena implementação do novo sistema de avaliação de desempenho (SIADAP);
- ⇒ Modernizar os sistemas de informação referentes à gestão dos recursos humanos, sobretudo, no processamento de vencimentos e no controlo de assiduidade.

Actividades realizadas

1. Promoção da execução do Plano de Formação (PF) do IPAD, designadamente na vertente Programa Operacional da Administração Pública (POAP), como vector estratégico no desenvolvimento de competências do capital humano:
 - ⇒ Tendo por base um diagnóstico de necessidades, foi definido e executado o PF para 2006, que incluiu, pela primeira vez, o recurso a formação financiada no âmbito do POAP. Este facto, conjuntamente com a promoção da auto-formação e da formação interna, permitiu reduzir em cerca de 44% os encargos com a formação e duplicar o volume de formação realizado;
 - ⇒ Foi leccionado um total de 3.885 horas, entre formação planeada no âmbito do INA e do POAP (3176 h), auto-formação (309 h) e formação interna (400 h);
 - ⇒ Da formação planeada de 4.560 horas, transitaram para possível execução em 2007 os *Cursos de Gestão de Projectos e de Qualidade na Administração Pública*, ambos no âmbito do POAP, num total de 1.080 horas. Das restantes 3.480 horas foram executadas 3.176.

Quadro 17 – Mapa de Formação IPAD 2006

Formação Externa Certificada e Comparticipada pelo IPAD		Nº Horas Curso	Nº Formandos	Volume Formação
Área Línguas				
1	Inglês	60	23	1380
Área Informática				
2	Excel	30	1	30
3	Word	30	1	30
Área Concepção, Gestão, Acompanhamento Projectos				
Área Gestão Financeira/ Recursos Humanos				
4	Classificação Económica de Despesas Públicas	30	12	360
5	Análise Financeira	24	1	24
6	Seminário - Ajudas de Custo	14	5	70
7	Seminário - Horas Extraordinárias	7	1	7
8	Orçamento de Estado	7	1	7
9	Legislação do Trabalho nos PALOP	7	1	7
10	A Reforma das Sociedades Comerciais	4	2	8
11	Processamento de Abonos	30	1	30
Área Qualidade/ Comunicação/ Comportamental				
12	Comunicação	18	1	18
13	Segurança Contra Incendios	14	1	14
Cursos para Dirigentes				
14	FORGEP	120	3	360
15	Corporate Governance	8	3	24
16	Segurança /MNE	7	4	28
Diplomas de Especialização				
17	DELGEP	120	1	120
18	Informática	180	1	180
19	Cooperação para o Desenvolvimento	132	2	264
Gestão Administrativa e Secretariado				
20	Técnicas de Secretariado	30	3	90
21	Atendimento. O canal privilegiado de Comunicação	30	1	30
Assuntos Jurídicos				
22	Regime de Aposentação na A.P.	35	1	35
23	O Regime Jurídico da A. P.	30	1	30
24	Quadros e Carreiras na A.P.	30	1	30
Formação Técnica no âmbito dos Projectos da Cooperação				
Total			72	3176
Auto- Formação		Nº Cursos	Nº Formandos	Volume Formação
	Formação Solicitada pelo Próprio	13	8	309
Formação Interna		Nº Cursos	Nº Formandos	Volume Formação
	Formação não Certificada e Organizada pelo IPAD	8	62	400

Fonte: ADMIN/DRH

2. Implementação do novo Sistema de Avaliação de Desempenho (SIADAP):

Alcançou-se em 2006 a implementação plena do SIADAP, recorrendo-se quer à avaliação ordinária e extraordinária dos funcionários, quer ao instituto do suprimento da avaliação. Para esse facto muito contribuiu a actuação da DRH como elemento dinamizador da aplicação do SIADAP, ao prestar apoio aos dirigentes na definição dos objectivos e avaliação dos seus funcionários e ao Conselho de Coordenação da Avaliação na definição de regras e critérios de aplicação do novo sistema.

3. Abertura de concursos internos de pessoal e aos mecanismos de mobilidade, de forma a assegurar a satisfação das necessidades de pessoal do IPAD, e promoção da

motivação dos funcionários com base na implementação de uma política assente na gestão das carreiras:

- ⇒ Foram iniciados 31 procedimentos tendo em vista a substituição ou recrutamento de novos colaboradores e a promoção na carreira dos funcionários, procurando-se assim dar relevância prática à aplicação do SIADAP no IPAD.
 - ⇒ Foram efectuados 10 procedimentos de requisição/transferência, 10 novos contratos de avença, 5 nomeações de pessoal dirigente e promovidos 6 concursos internos de pessoal. Destes procedimentos resultou a promoção na carreira de sete funcionários.
4. Por indicação superior, transitaram para 2007: a elaboração do novo projecto de regulamento do horário de trabalho; a implementação de novos mecanismos de controlo da assiduidade; e a preparação e aprovação do quadro de pessoal, dependente da aprovação da nova orgânica e dos subseqüentes passos no âmbito do PRACE.
 5. Regularização, junto da Segurança Social, da inscrição e do pagamento das contribuições relativas a 128 Agentes da Cooperação, num total de 129 pedidos efectuados pelo Instituto.

IV. Conclusão

Em 2006, a actuação do IPAD ficou assinalada pelo início do redireccionamento da sua actividade em consonância com a nova política de gestão estratégica, para uma abordagem integrada de programação, acompanhamento, avaliação, e para uma gestão orientada para objectivos específicos e centrada nos resultados.

O documento de *Operacionalização da Estratégia* definida pelo Governo em Dezembro de 2005 implicou a sistematização de um conjunto de 69 medidas e respectivo cronograma que tiveram também em conta as recomendações do CAD no *Peer Review* de Portugal. Do total de medidas, 45 estavam previstas realizar durante 2006, total ou parcialmente. A 16 de Outubro de 2006 (último ponto de situação) existiam 62 medidas (89%) implementadas ou em vias de implementação. Permaneciam 7 medidas “Não realizadas” (11%) que se encontram fora do prazo definido de realização.

Assumindo estes factos como aspectos positivos, não é possível, contudo, ignorar um importante factor de constrangimento financeiro: a normal execução dos projectos foi afectada pela não integração, no orçamento do IPAD, dos saldos transitados do ano anterior (55M€). Aspecto que comprometeu o atempado desembolso e o aumento das taxas de execução. Dado que os compromissos assumidos para 2006 tinham em conta esses montantes, o IPAD foi forçado a rever os montantes inicialmente inscritos (63 M€) para 27M€. Por outro lado, a execução dos PAC, à excepção de Moçambique e de Timor-Leste, foi condicionada pela assinatura tardia, nomeadamente, com Cabo Verde e Guiné-Bissau. Estas condicionantes comprometem seriamente o objectivo de cumprimento dos compromissos assumidos internacionalmente relativos ao aumento da APD²⁷, que requeriam uma acentuada mobilização financeira adicional nos anos futuros, a começar com a primeira meta em 2006 (0,36% APD/RNB).

O objectivo de dar prioridade à cooperação com os países de expressão lusófona foi cumprido, assim como a concentração/incidência num conjunto restrito de sectores fundamentais. Aliado a este objectivo encontra-se um outro, o de evitar a dispersão de meios em prol de uma lógica coerente, melhorando a racionalidade, eficiência e eficácia da ajuda. Geograficamente, o IPAD deu continuidade à linha de orientação de concentração nos países de língua portuguesa, em especial nos PALOP e Timor-Leste. Os PAC de 2006

²⁷ Portugal comprometeu-se a atingir as metas: 0,33% do rácio APD/RNB, até 2006; 0,51% até 2010 e os 0,7% até 2015.

procuraram ainda obedecer ao princípio de concentração sectorial na Educação, Saúde, Formação Profissional e Capacitação Institucional, numa óptica de desenvolvimento sustentável e de luta contra a pobreza, na tentativa de prossecução dos ODM.

O objectivo de melhoria da coerência da APD e de coordenação do IPAD com os ministérios sectoriais, com a sociedade civil e a nível multilateral, registou progressos positivos ao longo do ano. Tal verificou-se no considerável aumento do número de CIC realizadas, no crescente grau de execução do financiamento a ONGD e na dinamização do seu papel na estratégia de *Educação para o Desenvolvimento* (ED) do IPAD, bem como, a nível multilateral, da definição de um documento estratégico específico.

Por seu lado, os objectivos de melhoria da comunicação, da qualidade informativa, de visibilidade e relacionamento do IPAD com o público, registaram progressos significativos contribuindo para a consolidação da imagem do Instituto como entidade de referência.